



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEDICINA NATURAL:
ENTRELAÇANDO “NÓS” NA AMAZÔNIA

Jane Maria Gonçalves Feitosa

MANAUS-AM
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JANE MARIA GONÇALVES FEITOSA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEDICINA NATURAL:
ENTRELAÇANDO “NÓS” NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel.

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central – UFAM)

L557f Feitosa, Jane Maria Gonçalves.
Educação Ambiental e Medicina Natural: Entrelaçando “Nós”
na Amazônia, 2009.
115 f.; c/il.
Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade
Federal do Amazonas, 2009.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de
Medeiros Weigel.
1. Educação Ambiental 2. Medicina Natural 3. Cultura
4. Qualidade de Vida 5. Saúde I. Título
CDU 371.13056.262 CDD 371.12

JANE MARIA GONÇALVES FEITOSA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEDICINA NATURAL:
ENTRELAÇANDO “NÓS” NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel.

Aprovado em 01 de julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Carlos Guillermo Rojas Niño – Membro
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

*A Deus, aos educadores, aos ambientalistas, aos
naturoterapeutas e a todos aqueles que
contribuem para uma relação de harmonia cósmica
com a natureza no plano material e espiritual.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por guiar meus passos e escolhas;

*À minha amada mãe **Manuela Gonçalves e Souza** que me orientou a dar os primeiros passos em direção à busca pelo saber, aos meus irmãos **Francisco Gonçalves e Souza** e **Geane Terezinha Gonçalves e Silva** e demais familiares, pelos valores morais e espirituais compartilhados no seio de nossa família;*

*Aos meus filhos **Isabela Gonçalves Feitosa** e **Adriano Gonçalves Feitosa**, pelos momentos inesquecíveis e felizes em nossa não rotina diária de mãe e filhos;*

*À Prof^ª Dr.^ª **Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel**, pela contribuição intelectual e emocional no exercício de seu papel de educadora;*

*À **UFAM** - Universidade Federal do Amazonas, ao corpo docente do **PPGE** - Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Pedagogo **Jaspe Valle Neto**, pelo compromisso com a formação de novos mestres;*

*À **SEMED** - Secretaria Municipal de Educação, aos mentores do **Programa Qualifica**, pela iniciativa de investir na formação dos educadores;*

*À **FAPEAM** - Fundação de Amparo à pesquisa no Amazonas, por oportunizar a construção de novos saberes e conhecimentos no Estado do Amazonas;*

*Ao **REVISAM** - Recanto de Vida Saudável da Amazônia, à Prof.^ª **Maria das Graças Araújo Guimarães** idealizadora desta instituição, pelos serviços prestados à sociedade;*

Enfim, aos amigos e demais sujeitos que partilharam suas idéias e contribuíram direta e indiretamente para esta pesquisa.

AGRADEÇO.

*Domini initium Sapientiae est, Pax, Lux,
Tolerantiam, Unionem et Prosperitatem; Verbo
ad verbum.*

Jane Gonçalves

RESUMO

O Mundo vive um processo sócio-cultural de degradação e depredação ambiental, sem precedentes, representando uma ameaça à existência e perpetuação das diferentes formas de vida. O debate atual sobre as questões ambientais segue a evolução da participação ativa da comunidade científica a qual desempenha um papel prioritário nas mudanças necessárias para que todos tenham acesso às melhores condições de Educação e Qualidade de vida. A Educação Ambiental é, *a priori*, uma Educação para a resolução de problemas a partir das bases filosóficas holísticas. O holismo, particularmente, é útil nas Ciências da Natureza por sua visão de funcionamento das coisas no Universo. É a Concepção sistêmica que compreende e considera as interações infinitas de um sistema humano ou de outros organismos. Este trabalho analisou, portanto, as atuações e intervenções sócio-educativas e ambientais de uma instituição de Medicina Natural com bases no holismo em uma Comunidade Amazônica na periferia da cidade de Manaus propiciando inter-relações no contexto local. A Metodologia interativa utilizada permitiu, também, uma participação ativa de todos os sujeitos da pesquisa. 'O grupo focal' foi uma das técnicas utilizadas como instrumento para se trazer elementos ancorados em experiências cotidianas. O grupo focalizou filmes, documentários e textos debatendo um conjunto de questões particulares relacionadas à comunidade onde se realizou a pesquisa de campo. Nesse sentido, a interação entre a hermenêutica e a dialética contribuiu para explicitar o quanto as estratégias educativas e as técnicas terapêuticas naturais colaboram para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Os elementos da subjetividade foram destacados e relacionados à perspectiva da compreensão da consciência histórica que nega, critica e se opõe para transformação de uma realidade social. O Primeiro capítulo compreende a Educação Ambiental e Medicina Natural através do referencial teórico produzido, em nível Mundial e Nacional. Em nível Regional, o segundo capítulo relaciona os debates emergentes sobre Educação e Cultura destacando as singularidades do contexto local. As considerações, em princípio de precaução, remetem ao discurso emergente das Ciências Humanas e Sociais sobre as assimetrias na Educação e Saúde na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Medicina Natural, Cultura, Qualidade de Vida e Saúde.

RESUMEN

El Mundo vive un proceso socio cultural de degradación y depredación ambiental, sin precedentes, representando una amenaza a la existencia y perpetuación de las diferentes formas de vida. El debate actual de las cuestiones ambientales siguen a la evolución de la participación activa de la Comunidad científica la cual desempeña un papel clave en las mudanzas necesarias para que todos tengan acezo a mejores condiciones de Educación y Calidad de vida. La Educación Ambiental es, *a priori*, una Educación para la resolución de los problemas de bases holísticas filosóficas. El holismo, particularmente, es útil en las Ciencias de la Naturaleza por su visión del funcionamiento de las cosas del Universo. Es la Concepción sistémica que comprende y considera las interacciones infinitas de un sistema humano o de otros organismos. Este trabajo analizó las actuaciones e intervenciones socio educativo y ambiental de una institución de Medicina Natural con bases en el holismo en una Comunidad Amazónida en la periferia de la ciudad de Manaus propiciando inter relaciones en el contexto local. La Metodología interactiva utilizada permitió, también, una participación activa de todos los sujetos de la pesquisa. El 'grupo focal' fue una de las técnicas utilizadas como instrumento para traer elementos ancorados en experiencias del cotidiano. El grupo focalizó películas, documentarios y textos debatiendo un conjunto de cuestiones singulares relacionadas a la Comunidad donde si realizó la pesquisa de campo. Mientras tanto, la interacción de la hermenéutica y de la dialéctica contribuyó para explicitar el cuanto las estrategias educativas y las técnicas terapéuticas naturales colaboran para la mejoría de la Calidad de vida de las personas. Los elementos de la subjetividad fueran destacados y relacionados a la perspectiva de la comprensión de la consciencia histórica que niega, critica y si opositona para la transformación de una realidad social. El Primer Capítulo comprende la Educación Ambiental y la Medicina Natural en el referencial teórico producido, en nivel Mundial y Nacional. En nivel regional, el Según Capítulo sitúa y relaciona los debates emergentes de la Educación y Cultura destacando las singularidades del contexto local. En principio de precaución, las consideraciones remeten al discurso emergente de las Ciencias Humanas y Sociales acerca de las asimetrías en la Educación y Salud en el Amazonía.

PALABRAS CLAVE: Educación Ambiental, Medicina Natural, Cultura, Calidad de Vida y Salud.

LISTA DE SIGLAS

EA – Educação ambiental

ECOSOC – Conselho Econômico e Social

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

REVISAM – Recanto de Vida saudável da Amazônia

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UIPN – União internacional para proteção da Natureza

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNESCO - Organização das Nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF – Wild Word Found

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEDICINA NATURAL	22
1.1 – A Problemática Ambiental Global.....	23
1.2 – A Educação Ambiental.....	26
1.3 – A Medicina Natural.....	40
1.3.1 – A Promoção da Saúde.....	47
CAPÍTULO 2	
2 – EDUCAÇÃO E CULTURA	65
2.1 – A Problemática Ambiental na Amazônia.....	67
2.2 – A Educação e Cultura na Amazônia.....	76
2.2 – A Ecopedagogia Reconstruindo Saberes, Fatos e Falas em uma Comunidade na Amazônia.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	107
OBRAS CONSULTADAS	113

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma investigação sobre a temática Educação Ambiental e Medicina Natural em uma Comunidade na Amazônia. No entanto, a Educação Ambiental e a Medicina Natural seguem linhas teóricas definidas que se interligam e se complementam.

No âmbito educacional a problemática se relaciona à precária condição de Educação e Saúde em que vivem algumas pessoas. Os problemas relacionados à precarização das condições de vida e baixa qualidade de saúde exigiram reflexões e respostas preliminares, ainda que parciais.

Dessa maneira, as preocupações com Educação e Saúde surgiram entrelaçando as preocupações teóricas ambientais às do convívio diário ressaltando a importância que elas ocupam no cenário ambiental. O tema se justifica em virtude da pouca produção acadêmica e pouco tratamento no âmbito educacional.

A pesquisa aproximou os pressupostos filosóficos e epistemológicos de dois horizontes distintos. Em virtude das possíveis soluções que se remetem à problemática no âmbito educacional, esse estudo, discutiu os pressupostos que caracterizaram o surgimento da temática.

O debate internacional sobre a problemática ambiental, inicialmente, aconteceu em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Vinte anos depois, em 1992, no Rio

de Janeiro foram lançadas as bases para as mudanças significativas no debate internacional sobre os problemas ambientais.

As preocupações ambientais no contexto brasileiro se consolidaram no início da década de noventa. O ano de 1992 foi decisivo e a Eco-92 foi realizada debatendo a problemática ambiental no contexto brasileiro. O ambientalismo se consolidou no Brasil.

Nessa Conferência, estabeleceu-se que o novo estilo de desenvolvimento teria uma nova ética de crescimento, na qual, o progresso estivesse subordinado às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas e seria:

- I - *Ambientalmente* sustentável no acesso e uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade;
- II - *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais promovendo a justiça e equidade;
- III - *culturalmente*, sustentável na preservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade determinando a integração nacional através dos tempos; *politicamente* sustentável ao aprofundar a Democracia e garantir o acesso e a participação de todos na tomada de decisões.

Paralelamente, a dinâmica do processo de mudanças foi delineando novas concepções teóricas e novas visões de mundo reorientando o agir humano em relação às questões ambientais. Houve o reconhecimento de que os saberes tradicionais¹ da relação homem-natureza acumulados ao longo de muitas gerações passaram por um distanciamento no bojo de tal processo de mudanças.

¹ O saber tradicional se refere ao conhecimento local associado à cultura e às práticas sociais que se desenvolvem sem que haja esforços para a produção desses conhecimentos. O conhecimento formal e institucionalizado é reproduzido em escolas e é validado por critérios e se relaciona à Ciência.

O objetivo principal do Projeto inicial era analisar as contribuições teóricas para se pensar a relação entre Educação e Meio ambiente na Amazônia. Mas, à medida que se iniciou o caminhar avançamos na tentativa de problematizar as ações e intervenções de uma instituição de Medicina Natural na área Educacional e de Saúde na Amazônia.

A caminhada permitiu relacionar as questões epistemológicas da Educação e Saúde em uma Comunidade na Amazônia. Por isso, este trabalho assumiu o papel epistemológico, guiado pelo principal objetivo de compreender os aspectos históricos da Educação ambiental e da Medicina Natural que subsidiam as ações e intervenções sócio-educativas e de saúde de uma instituição de Medicina Natural em uma Comunidade na Amazônia.

A busca por elementos constitutivos do cotidiano permitiu compreender a maneira como essa instituição interage com as pessoas na busca de se conseguir uma melhor qualidade de vida. Inicialmente, a pesquisa se centrou nas repercussões do trabalho sócio-educativo e terapêutico realizado por uma instituição de Medicina Natural junto à escola, à comunidade e à sociedade.

Este trabalho manifestou os diferentes saberes que possibilitaram relacionar a Educação ambiental à Medicina Natural em uma Comunidade da Amazônia. Em razão de que todos os saberes, instituições e caminhos percorridos oferecem elementos para um novo Paradigma² civilizatório.

O fio condutor desse novo Paradigma vai de encontro à reconstrução e renascimento de uma ordem perdida '*a espiritualidade*' que entrelaça os saberes

² Thomas Kuhn, no livro *A estrutura das Revoluções Científicas*, define a concepção de que um "Paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma" e define "o estudo dos paradigmas como o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica na qual atuará mais tarde".

ambientais, culturais e sociais. A associação da Educação Ambiental à Medicina Natural ocorreu ao adentrarmos na comunidade e nos depararmos com a precarização das condições de vida e saúde da maioria das famílias que ali viviam.

Por conta de nosso objetivo geral, a pesquisa foi intitulada: *Educação ambiental e Medicina Natural: entrelaçando 'nós' na Amazônia*. Os 'nós', é uma analogia aos sujeitos da pesquisa e, ao mesmo tempo, à maneira como os povos tradicionais da Amazônia entrelaçam e aproximam os feixes de galhos e folhas de plantas nativas para a produção de chás, alimentos e demais plantas e ervas com princípios curativos.

Da mesma maneira, o discurso elaborado nessa pesquisa entrelaçou teorias educacionais e ambientais. As preocupações transformaram as questões problematizadoras em foco principal desta pesquisa. Devo dizer que não desistimos das idéias que inicialmente nos impulsionaram, ao contrário.

Obviamente, sabíamos que o campo científico é permeado por conflitos e contradições. O grande embate sobre as Ciências Sociais³ em comparação com as Ciências da Natureza, por exemplo, situou a pesquisa entre aqueles que buscam a uniformidade dos processos para se compreender o natural e o social.

No entanto, sabe-se que há aqueles que reivindicam total diferença e especificidade de estudo dos processos humanos. Essa reflexão foi necessária, pois, fundamentou o nosso objeto de estudo nessa pesquisa de cunho Social.

³ Paul de Bruyne e colaboradores advogam que a idéia da cientificidade comporta, ao mesmo tempo, um pólo de unidade e um pólo de diversidade. Há a possibilidade de se encontrar semelhanças profundas entre os empreendimentos que comportam uma idéia geral de um conhecimento por conceitos. Essa idéia representa uma tradição geral de auto-regulação do processo de construção de conhecimento. No entanto, a cientificidade não pode ser reduzida a uma única forma de se conhecer, ou seja, há diversas e variadas maneiras concretas e potenciais de se conhecer no campo científico.

Ora, o objeto das Ciências Sociais é *histórico*⁴ significando que as sociedades humanas existem em um determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado o qual se projeta para o futuro num embate no que se está posto e no que será construído, são ordenadamente.

Nesse sentido, vinculamos interesses e visões de mundo historicamente construídas. A visão de mundo de todos os sujeitos envolvidos implicou no processo de conhecimento aqui descrito desde a concepção do objeto até os resultados deste trabalho.

O conceito de Metodologia é, na realidade, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem que fizemos da realidade experimentada. É, especificamente, a Metodologia apropriada que reconstruiu teoricamente o significado que possibilitou este trabalho.

Em *Cahiers philosophiques*⁵, Lênin escreveu que *o Método é a alma da teoria*. Por isso, a Metodologia e as concepções teóricas de abordagem da realidade e técnicas que possibilitaram fazer deste trabalho uma nova abordagem paradigmática⁶. Nesse processo da escolha do método trabalhamos:

⁴ No livro *Pesquisa Social*, Minayo discute o tema *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da Pesquisa Social* e nele discute os conceitos de Ciência e cientificidade. É no sentido de que não apenas o investigador dá sentido ao seu trabalho, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significados e intencionalidades às ações e construções na medida em que são objetivadas as estruturas sociais. Ela destaca que é o nível da Consciência histórica das Ciências Sociais que se referencia ao nível da Consciência histórica social.

⁵ Em francês, significa: Cadernos filosóficos. Os cadernos filosóficos representaram um salto em sua compreensão filosófica, um corte que o distancia do marxismo naturalista, determinista e economicista.

⁶ Em *Estrutura das Revoluções Científicas*, Thomas Kuhn, reconheceu que os diferentes momentos históricos e nos diferentes ramos da Ciência há um conjunto de crenças e visões de mundo e de maneiras de se trabalhar que são reconhecidos pela comunidade científica configurando o que ele denominou de *Paradigma*.

- I - Os conceitos de observação direta que serviram para a etapa descritiva da investigação;
- II - Os conceitos de observação indireta que serviram para articular e detalhar a observação empírica e relacionar à observação direta;
- III - Os conceitos teóricos que articularam as proposições e colocavam-nas no plano das abstrações.

O Método dialético facilitou a construção de conhecimento com respaldo na teoria que o subsidia, ou seja, da concepção materialista-dialética. A Dialética é o método de análise que evidencia as contradições sociais e busca resolvê-las no curso de seu desenvolvimento histórico.

É possível afirmar que a Metodologia interativa permitiu uma participação efetiva de todos os atores sociais envolvidos na pesquisa eliminando ao máximo a subjetividade do pesquisador. Dessa maneira, a análise dos dados se deu em virtude da perspectiva hermenêutica dialética⁷.

Sob essa perspectiva foi possível apreender a dimensão prática e as dimensões históricas e, conseqüentemente, o marco global da Educação Ambiental e Medicina Natural e suas relações com a Educação e Saúde. A concepção materialista-dialética entende que no estudo do desenvolvimento de um fenômeno deve se partir do seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenômenos.

Deve-se considerar o desenvolvimento dos fenômenos como sendo o seu próprio movimento, necessário, interno, encontrando-se, aliás, cada fenômeno no seu movimento, em ligação e interação com outros fenômenos que o rodeiam. A

⁷ Minayo aponta que o método hermenêutico-dialético é o mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. É a união da hermenêutica com a dialética que leva o intérprete a buscar entender a fala e o depoimento como resultado de um processo social entre o trabalho (dominação) e o processo de conhecimento expresso em linguagem. Ambos são frutos de múltiplas determinações, mas, com significados específicos (1994, p. 227-231).

causa fundamental do desenvolvimento dos fenômenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenômenos.

No interior de todo fenômeno há contradições, daí o seu movimento e desenvolvimento. Paralelamente, às articulações foram delineadas 'as estratégias utilizadas'⁸ para registros das falas dos sujeitos da pesquisa.

O grupo focalizou filmes, documentários, textos debatendo um conjunto particular de questões sobre a temática Educação Ambiental e Medicina Natural relacionadas à comunidade onde se realizou a pesquisa de campo. Trabalhamos com anotações simultâneas, fotografias, filmagens as quais nos permitiram interpretar as análises.

O grupo focal permitiu emergir uma multiplicidade de pontos de vistas diferenciados e processos emocionais os quais outros meios não possibilitariam. A interação permitiu a captação de significados particulares e reações manifestas a partir da troca espontânea de palavras.

O grupo focalizou filmes, documentários, textos debatendo um conjunto particular de questões sobre a temática Educação Ambiental e Medicina Natural relacionadas à comunidade onde se realizou a pesquisa de campo. As filmagens permitiram observar particularmente cada momento, as pessoas, as moradias, os encontros, o ambiente, a comunidade, entre outros.

Afirmamos que não nos limitamos aos registros audiovisuais, mas, eles assumiram o papel complementar possibilitando uma análise do todo.

⁸ O grupo focal foi uma das técnicas utilizadas como instrumento para se trazer elementos ancorados em experiências cotidianas. Segundo Morgan e Krueger, a pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar a partir das trocas realizadas no grupo conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações de um modo que não seria possível através de observações, entrevistas ou questionários.

Tivemos para os apontamentos, um diário de campo, onde registrávamos todas as nossas inquietações, angústias, desapontamentos, encontros e desencontros teóricos ou corriqueiros. Nele, nos debruçamos como a um confidente no intuito de construir para depois desconstruir e reconstruir detalhes que não poderiam deixar de ser evidenciados.

Ao chegarmos à análise dos dados nos deparamos com a descoberta de que os dados coletados eram insuficientes para estabelecermos conclusões mais abrangentes acerca da realidade vivenciada. Redefinimos a fase exploratória e recorreremos às pesquisas documentais e bibliográficas.

A análise se refere à descrição dos fatos e a interpretação como articulação da descrição. Logo, revimos a teoria e o Método hermenêutico dialético⁹ que dava suporte à pesquisa e identificamos o momento vivido com aquilo que alguns teóricos denominam de *análise e interpretação*.

Somos partidários desse posicionamento por acreditarmos que ambas, a análise e a interpretação, estão contidas no mesmo movimento. Ou seja, voltam-se atentamente para o mesmo foco que são os dados coletados da pesquisa.

Nesta pesquisa, a fim de atingir nossos objetivos, escolhemos uma comunidade localizada na zona rural da cidade de Manaus no Estado do Amazonas. A escolha se justificou por ser uma área de fácil acesso e por possuir os elementos necessários para a coleta de dados: os sujeitos da pesquisa, a instituição escolar e a instituição de Medicina Natural.

Esta última, a instituição de Medicina Natural, é considerada uma das alternativas e modelo assistencial nos serviços de saúde sem fins lucrativos.

⁹ No Método hermenêutico dialético a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para ser melhor compreendida. A compreensão tem como ponto de partida o interior da fala e o ponto de chegada o campo da especificidade histórica totalizante que produz a fala (DESLANDES, 1994, p. 77).

Destacando-se, também, pelas formas de inserção e intervenção dos profissionais de saúde local nessa comunidade.

Em relação aos sujeitos da pesquisa houve uma aproximação positiva pelo interesse nos aspectos locais. Segundo alguns dos sujeitos participantes, a pesquisa, possibilitou clarear atitudes, prioridades, encorajou a comunicação entre eles, contribuiu para que acontecessem os primeiros processos de contraposição das contradições, entre outros.

Embora alguns critérios nos incitem a continuar pelos caminhos percorridos, a partir do cotidiano vivido e falado, eles nos incitam também para outro momento. Àquele que extrapola as idéias prévias e surpreende colocando novas idéias e inferências porque dão suporte ao reexame daquilo que se objetivou.

Visando abordar questões de maior profundidade, o primeiro capítulo compreende a contextualização sócio-histórica da Educação Ambiental e Medicina Natural possibilitando estabelecer um marco das principais Conferências Internacionais.

Em resposta à questão problematizadora, abordamos os aspectos históricos da Educação ambiental e da Medicina Natural que subsidiam as ações e intervenções de uma instituição de Medicina Natural na Amazônia na área Educacional e de Saúde.

Tanto, se analisou as repercussões do trabalho sócio-educativo e terapêutico realizado por essa instituição junto à escola, à comunidade e à sociedade, quanto, se questionou as suas contribuições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O segundo capítulo compreende a área de estudos caracterizando os caminhos percorridos e, ao mesmo tempo, refletindo sobre A Educação, Saúde,

Cultura e Sociedade. Desmistificando-se que as tendências ambientais atuais não permitem previsões otimistas para as necessárias transformações dos desequilíbrios ambientais ou velhas querelas da sociedade.

Este trabalho não apresenta conclusões definitivas, ao contrário, formula problemas antes inexistentes e impossíveis de serem analisados pelo racionalismo moderno. Tanto, avançamos, quanto, recuamos reformulando objetivos e preposições.

Assim, este estudo ressaltou a importância da temática enquanto uma contribuição teórica que remete à cidadania e ao papel do pesquisador na dimensão sócio-histórica, educacional e cultural em uma comunidade na Amazônia.

CAPÍTULO 1

1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEDICINA NATURAL

Os problemas ambientais planetários se tornaram o clichê predominante do séc. XX pela exploração de novas possibilidades teóricas. Imaginar que a maioria dos nossos pequenos problemas diários está diretamente associada à discussão da limitação de nossa capacidade reflexiva e ações práticas não é comum para a grande maioria.

A teoria de Adam Smith citada a exemplo por Stahel cuja idéia da ‘mão invisível’ se constitui a pedra angular de todo o liberalismo econômico que vê nos mecanismos de mercado um instrumento de sanção social e melhor forma de se dirigir o desenvolvimento econômico e social tem sido a principal vertente abordada.

Portanto, a crise ambiental na linguagem economicista é uma externalidade negativa do modo de produção capitalista com tendência a ser superada por mecanismos de mercado (CAVALCANTE, 1995, p. 108).

Embora seja a perspectiva predominante, o capítulo a seguir perpassará os aspectos econômicos priorizando os aspectos sócio-históricos enriquecendo o conjunto multidimensional teórico produzido. Ao mesmo tempo, pretende-se levar o leitor além da teoria impregnando sua imaginação de uma mudança óptica dos relatos históricos à conscientização para que compreenda a totalidade de ações

referentes à *cidadania* fundamentada nas Conferências Internacionais de Educação Ambiental.

1.1 – A Problemática Ambiental Global

A problemática ambiental irrompeu com a emergência de uma complexidade crescente dos problemas relacionados ao desenvolvimento exigindo a integração de várias disciplinas científicas e técnicas para a sua explicação e resolução. Dessa maneira, propôs-se a reconstrução do conhecimento disciplinar a partir de enfoques holísticos para a formação de novas habilidades profissionais.

A interdisciplinaridade no terreno educacional surge como um projeto pedagógico com o propósito de treinar os profissionais da Educação para amenizar os impactos da problemática ambiental. Desde a Conferência Internacional sobre o Meio ambiente humano em 1972 em Estocolmo que a EA foi apresentada como um projeto prioritário de alcançar os fins de um desenvolvimento sustentável.

Depois, a Conferência Intergovernamental em 1977 em Tbilisi estabeleceu os princípios gerais que deveriam orientar a EA. Portanto, entendeu-se que seria capaz de fundar uma nova ética resistindo ao desperdício, à exploração e à exaltação da produção exacerbada de bens de consumo. A esse processo, chamou-se de conscientização ambiental.

A EA não só deveria sensibilizar, mas, modificar as atitudes e fazer adquirir os novos enfoques e conhecimentos que a interdisciplinaridade exigia. Isto é, a cooperação entre as disciplinas tradicionais indispensáveis para apreender a complexidade dos problemas ambientais e para reformulação de suas soluções (UNESCO, 1980, p. 8-19).

Não obstante, a validade do propósito transdisciplinar no campo ambiental avançou pouco desde os seus princípios gerais para novas formas institucionais, novos métodos pedagógicos e novos programas educacionais. No prisma da UNESCO, a interdisciplinaridade tem se apresentado como uma visão meramente instrumental de aplicabilidade de determinados conhecimentos.

Também, têm-se apresentado como propósito de desenvolver uma Pedagogia de Projetos interdisciplinares com vistas a realizar uma ação específica concernente ao ambiente. O ponto de partida não é mais as disciplinas, mas, os projetos educativos baseados na ação a ser realizada frente aos problemas ambientais propondo soluções alternativas aos problemas ou chegando a um ordenamento do espaço com objetivos a serem alcançados (UNESCO/UNEP, 1985, p. 15).

A EA exige uma assimilação transformadora às disciplinas que deverão gerar os conteúdos concretos de novas temáticas ambientais, pois, a EA não é apenas um problema ecológico ou técnico. A sua solução não se reduz a incorporação de regras e normas relacionadas aos processos econômicos, produtivos ou dispositivos tecnológicos.

Conseqüentemente, ela promove ações e mobiliza forças sociais melhorando as condições ambientais e qualidade de vida das populações. Entretanto, a construção de uma racionalidade ambiental implica novas formas de organização social e produtiva, valores culturais e relações de poder que impõem a transformação do contexto e explicam os processos ideológicos e o comportamento dos atores sociais os quais participam desse processo.

A questão ambiental passa a ser percebida como um instrumento aglutinador de soluções no sentido de incentivar a adoção de medidas exemplares no que se

refere à mudança de estilo de vida da população. Por isso, a relação do homem com a natureza assume um papel preponderante do ponto de vista ético e epistemológico.

A problemática não apresenta proposições para resolver os problemas ambientais quando desvinculada das dimensões sócio-educacional, cultural, econômica e política. Obviamente, a preservação do meio ambiente se relaciona à questão da sobrevivência humana, assegurando um mundo melhor e habitável.

Em nosso tempo há uma unanimidade que transcende essas dimensões e salienta a importância da questão socioecológica para a sobrevivência da humanidade em um futuro longínquo. O debruçar diante dessas concepções permeia discussões, explicações e compreensões contraditórias e, por vezes, complementares como menciona Fuhlen:

Um bom exemplo desta postura que transcende as fronteiras das diferenças culturais foi o pronunciamento do ex-Secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali no seu discurso de clausura da Conferência da ONU sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (a Rio-92) quando afirmava:

Hoje não é suficiente que o homem ame o seu próximo; agora também deve amar o mundo. Além do contrato do homem com Deus e do contrato social com seus semelhantes, precisamos agora de um contrato ético com a natureza e a terra (1992, p. 133).

Implicitamente, essas palavras nos conduzem para o papel da Educação ambiental evidenciando um dos reconhecimentos da importância da conduta humana ecologicamente correta. É óbvio que a concordância com esse ponto de vista não considera que somente a Educação formal independente é capaz de modificar as atitudes dos humanos entre si e com os demais seres.

A abordagem ambiental tem um histórico intimamente relacionado à construção da cidadania nas dimensões da participação e re-orientação da ética nas relações humanas possibilitando uma nova compreensão das ações nos níveis micro e macro social, econômico, político, educacional, cultural e ambiental.

Entre os seres humanos a ausência de ética nas suas ações foram fatores determinantes para se explorar as questões globais entre a humanidade e o meio ambiente. A cidadania passou a ser o elo principal delineando ações responsáveis entre os seres humanos e a natureza.

A desarticulação na abordagem da temática ambiental constitui a origem e a falta de uma identidade sócio cultural dos sujeitos que se inserem nessa realidade. O domínio da temática contribui significativamente para se manifestarem interesses e sanar uma série de dificuldades como a desmotivação e indisponibilidade à adaptação da nova realidade.

Assim, a construção de uma racionalidade ambiental implica na desconstrução da concepção mecanicista do processo econômico que se traduziu em instrumento de exploração dos recursos naturais e de controle social.

1.2 – A Educação Ambiental

A Ciência é neutra¹⁰ do ponto de vista ético, todavia, os conhecimentos científicos possibilitam ao homem a compreensão da realidade vivenciada. Ao se isolar a ciência da esfera valorativa, a tese da neutralidade, primeiro, coloca a ciência fora do alcance de questionamentos em termos de valores sociais.

¹⁰ A neutralidade implícita na tese de que a ciência é – ou não é – neutra é evidentemente uma neutralidade em relação a valores. Em muitos contextos, em lugar de “a ciência é neutra” se diz que “a ciência é livre de valores”. Na filosofia de Hugh Lacey, à qual voltaremos a referir o tema central, *grosso modo* equivalente ao programa de estudos em pauta, é designado por essa expressão; no título do principal livro onde é exposta – *Is science value free?* (OLIVEIRA, 2008).

Essa é a implicação mais relevante de um ponto de vista interno à cultura ocidental – e, segundo, permite que a ciência seja posta como um valor universal – o que é relevante no que se refere às relações da cultura ocidental com outras culturas.

Para Oliveira, há três domínios nas práticas científicas em que os valores sociais podem estar presentes. O primeiro corresponde ao momento da seleção dos fenômenos a serem investigados, ou dos problemas a serem tratados. Desta escolha depende o direcionamento da pesquisa e, conseqüentemente, o avanço da ciência.

O segundo corresponde ao momento da escolha entre as teorias propostas para explicar os fenômenos ou resolver os problemas sendo o conjunto de normas que norteiam essa escolha identificada com a metodologia científica no sentido em que essa expressão é normalmente usada na filosofia da ciência.

E o terceiro é o domínio do próprio conteúdo das proposições científicas. A cada um desses domínios corresponde uma faceta, ou sub-tese, da tese da neutralidade, negando cada uma a presença de valores no respectivo domínio, a saber: O compromisso com as questões relacionadas aos processos educacionais, culturais e ambientais estabelece uma nova perspectiva a partir dos aspectos históricos.

I - *Tese da neutralidade temática*: a ciência é neutra porque o direcionamento da pesquisa científica, isto é, a escolha dos temas e problemas a serem investigados, responde apenas ao interesse em desenvolver o conhecimento como um fim em si mesmo.

II - *Tese da neutralidade metodológica*: a ciência é neutra porque procede de acordo com o método científico, segundo o qual a escolha racional entre

as teorias não deve envolver, e de maneira geral não tem envolvido, valores sociais.

III - *Tese da neutralidade factual*: a ciência é neutra porque não envolve juízos de valor; ela apenas descreve a realidade, sem fazer prescrições; suas proposições são puramente factuais (2008, p. 98).

Essas teses não são independentes umas das outras, elas se reforçam mutuamente. Em muitos pontos se articulam de formas mais precisas. Se em um patamar excluem da ciência os valores sociais, em outro, elas funcionam também como valores, no sentido de que a neutralidade não é simplesmente dada, mas corresponde a uma aspiração da ciência que envolve esforço para que se realize.

A factualidade afirmada pela tese da neutralidade factual é um dos traços mais marcantes da ciência moderna. É a separação entre fatos e valores da tese da neutralidade factual científica que se pressupõe ter impregnado profundamente toda a cultura ocidental.

Tal separação, como se sabe, não prevalecia na visão aristotélica de mundo e o processo que a instaurou constitui um dos aspectos mais importantes da Revolução Científica¹¹, que deu origem à ciência moderna.

A ciência desencantada, neste sentido, afeta duplamente a relações *homem – natureza*. Ela não só legitima a postura de dominação como fornece através da tecnologia, os meios para ampliar e tornar a dominação mais eficiente.

Se a maneira correta de se perceber a natureza é a da ciência moderna e se as proposições desta são puramente factuais, então a natureza se reduz a uma

¹¹ A *revolução científica* se refere a partir do período em que Galileu, Kepler, entre outros pensadores do século XVII iniciam suas descobertas. A Ciência, partir desse período, no qual estava atrelada à Filosofia, separa-se e passa a ser um conhecimento mais estruturado e prático.

coleção de fatos, desprovida de valor intrínseco, restando apenas o valor instrumental para nós.

Sendo assim, não há restrição ética a que a dominemos, tratando-a da maneira que nos aprouver para satisfazer nossas necessidades e desejos de forma cada vez mais ampla e eficiente graças à aplicação tecnológica do próprio conhecimento científico (OLIVEIRA, 2008, p. 99).

Isso implica que as questões mais fundamentais de nossas vidas estão envolvidas nesse feixe teórico. O contexto é revelador de muitas facetas, as quais, muitas foram escamoteadas ou obscurecidas pelo próprio desenvolvimento da Ciência e da Civilização.

Igualmente, não nos mantivemos neutros porque toda análise implica uma interpretação e a estamos fazendo indicando caminhos para outras contribuições. Em termos de crítica ao retorno ao clima da Revolução Científica junto à chamada Modernidade a partir do séc. XVII é necessário delinear o Paradigma que guiou esse pensar.

Para Capra, o mundo antigo e medieval tinha uma visão orgânica de mundo com um modo correlativo de se situar num cosmos ordenado e determinado. Viviam em comunidades pequenas e coesas com relativa autonomia e vivenciavam mais proximamente os processos socionaturais, tais como, clima, terra, alimentos, medicamentos.

Com a prioridade da comunidade sobre os indivíduos havia, também, interdependência entre os fatores espirituais e materiais. Os cientistas medievais investigando os desígnios nos fenômenos naturais tinham enorme consideração pelas questões relativas a Deus, à alma e à ética.

Portanto, a noção de viver bem em um *cosmos*¹² 'fechado' mais orgânico e entrelaçado, vivo, onde se está imerso (num lugar), numa casa, isso junto com o poder organizador mais forte que o humano o qual deve ser respeitado.

No entanto, na visão da Revolução Científica, também, conhecida como "Paradigma Cartesiano"¹³, o universo começou a perder características imperando a metáfora de conhecimento do mundo mecanicista. O Mundo passou a ser visto como uma máquina do mecanicismo e do materialismo físico compondo o reducionismo científico¹⁴ (PELIZZOLI, 2002, p. 16).

A idéia do mundo divino, do *cosmos*, vai aos poucos sendo expurgada e os mistérios e admirações são substituídas pela interpretação da Física, da Química, da Engenharia para se manipular e transformar a Natureza em matéria. Os conhecimentos gerados por pensadores ao longo dos tempos não tem trazido somente benefícios para a humanidade.

Bronowski admite que os pesquisadores constroem armas e forjam políticas as quais, individualmente, seriam impossíveis de se realizar face ao questionável conteúdo (1991, p. 208).

Dessa maneira, os pensadores não formam coletividade uniforme na maneira de pensar, sequer, são munidos dos mesmos objetivos. É preciso o reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento tecnológico da Sociedade Contemporânea acabou contribuindo para a depredação, degradação e agressão dos ambientes naturais onde vivem.

¹² Essa análise se refere ao Capítulo III do livro 'O Ponto de mutação' de Capra.

¹³ O paradigma cartesiano se caracteriza por propor uma visão mecanicista do conhecimento, composta de várias partes menores que se unem. Para se entender o funcionamento de qualquer máquina, objeto, é preciso desmonta-lo ou fragmentar para poder conhecê-lo.

¹⁴ O reducionismo científico se refere à ciência, mas é mais frequentemente usado para descrever a idéia de que todos os fenômenos podem ser reduzidos às explicações científicas.

Segundo Silva, a preocupação em se organizar eventos internacionais com a finalidade de discutir questões relativas ao meio ambiente e, conseqüentemente, a preservação dos aspectos naturais do planeta se deu desde 1942 (2004, p.19).

Entretanto, as relações internacionais nas últimas décadas também foram fatores decisivos para se repensar os problemas ambientais globais relacionados à sobrevivência humana. O homem, enquanto um ser biológico se tornou sujeito às mesmas leis ecológicas com tendências a expandir ou eliminar sua população.

Viola menciona que os problemas ambientais globais emergiram na agenda internacional com a Conferência de Estocolmo sobre o ambiente humano, celebrada em 1972 adquirindo densidade própria com a descoberta do buraco na camada de Ozônio sobre a Antártida (2005, p.184). Dessa maneira, a primeira Conferência Internacional sobre o Meio ambiente¹⁵ se tornou o marco teórico da problemática apresentada.

Em fins da década de 80, por iniciativa científica a problemática da mudança climática global foi colocada na agenda das Nações Unidas dando origem a mais fascinante negociação internacional sobre a questão ambiental. A assinatura da Convenção de Viena para a proteção da camada de Ozônio em 1985 e, posteriormente, foi levada origem ao Protocolo de Montreal em 1987.

Desde a emergência da problemática ambiental em nível internacional, a UNESCO realiza eventos com a finalidade de discutir as questões relacionadas ao Meio ambiente.

¹⁵ A Conferência Internacional sobre o Meio ambiente aconteceu em Estocolmo na Suécia, em 1972 pela internacionalização do debate em torno dos temas ambientais.

A Conferência Intergovernamental sobre a Educação ambiental¹⁶ aconteceu em 1975 e se tornou um marco histórico que resultou na Carta de Belgrado (Ex-Iugoslávia). Os especialistas de 65 países formularam a Carta com os princípios e orientações a partir de um programa internacional de Educação ambiental.

A crise ambiental passou a ser alardeada pelo Relatório do Clube de Roma e a EA foi colocada ali como um dos elementos fundamentais para a investida geral contra a crise suscitada por esse relatório oficial. Os objetivos da EA ali expressos são: Conscientização, conhecimentos, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação.

O documento propõe que a EA seja organizada como educação formal e não-formal como um processo contínuo e permanente, dirigido prioritariamente às crianças e aos jovens e que tenha caráter interdisciplinar. Com a emergência da crise ambiental um processo de conscientização para regular as condutas sociais para evitar os efeitos negativos sobre o meio ambiente e criar habilidades técnicas para resolver os problemas ambientais.

Em 1977 aconteceu a Conferência de Tblisi representando um desdobramento da Conferência de Estocolmo. A UNESCO realizou a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação ambiental recomendando incorporá-la nos sistemas, modalidades de ensino e acordos de cooperação internacional em Educação.

A Conferência de Moscou, posteriormente, com discussões sobre a Educação ambiental retomou as discussões da Carta de Belgrado evidenciando as preocupações pedagógicas e reorientações dos sistemas educacionais. Priorizou-se a ênfase no papel dos meios de comunicação expressa nesse documento.

¹⁶ A Conferência Intergovernamental foi organizada e promovida pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Os antecedentes históricos da Educação ambiental até as mais recentes Conferências internacionais possibilitam refletir a dimensão ambiental e sua emergência. Citados por Silva, os antecedentes históricos, possibilitam a compreensão da Educação ambiental vinculada à preservação do Meio Ambiente, cronologicamente, da seguinte maneira:

1948 – Foi criada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) por cientistas vinculados às Nações Unidas;

1949 – I Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, em Nova Iorque;

1961 – Funda para a Vida Selvagem (WWF – Wild World Found) primeira ONG ambiental;

1961 – (Dezembro) Assembléia Geral da ONU, onde se estabeleceu o Pacto Internacional sobre os direitos humanos; Foi fundado o Clube de Roma, na Itália;

1972 – (Dezembro) Conferência das Nações Unidas em sua VI Reunião extraordinária adotou uma Declaração e Programa de Ação sobre a Instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

1975 – Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA.

1975 – (Outubro) Encontro de Belgrado/Ex-Iugoslávia.

1976 – (março) Reunião sub-regional de Educação Ambiental para o Ensino Secundário. Chosica – Peru/1976.

1976 – (Novembro) Reunião de experts em Educação Ambiental da América Latina e do Caribe.

1977 – (Janeiro) Reunião sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental em Brazzarville.

1977 – (Outubro) I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. UNESCO/PNUMA – Tbilisi/Geórgia.

1987 – (Agosto) Congresso Internacional de Educação e Formação Ambientais. UNESCO/UNEP/IEP. Moscou/ex-URSS.

1992 – (Junho) Conferência do Rio/ A Carta da Terra. Rio de Janeiro/ Brasil.
(2004, p. 21)

Também, as Conferências internacionais de Keele na Grã-Bretanha, em 1965; de Roma, Itália, em 1968 e de Estocolmo, na Suécia, em 1972 com ênfase na promoção e programas ambientais se destacam:

A Conferência de Keele na Grã-Bretanha, 1965, que contou com a participação de vários cientistas sociais, educadores e outros, que concordaram com que a dimensão ambiental deveria ser considerada, também, na escola incluindo a participação de todos os cidadãos.

Em Roma, Itália, 1968, onde especialistas de diversas áreas, discutiram a crise da época e o futuro da humanidade no que se referia ao consumo, às reservas naturais não renováveis e ao crescimento da população mundial até meados do séc. 21[...]

Estocolmo, Suécia, 1972, I Conferência Mundial para o Meio ambiente e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (SARABIA, 2004, p. 66-67).

Oficialmente, em 1972, em Estocolmo, na Suécia se debateu a crise ambiental e as abordagens priorizaram soluções contra o agravamento dos problemas ambientais originados pelo acelerado crescimento econômico e a inadequada utilização dos recursos naturais do planeta.

A Educação, nessa Conferência, fora retratada como estratégia prioritária para solucionar os problemas ambientais. Paralelamente, a Sociedade civil se organizou e surgiram no Planeta várias ONGs de caráter ambiental e preservacionista¹⁷.

A reunião de Tbilisi foi um grande marco na história da Educação ambiental já que as suas premissas básicas e as suas 41 recomendações serviram de suporte teórico-metodológico aos Estados Membros das Nações Unidas para implantarem o sistema de Educação ambiental em seus países (SARABIA, 2004, p. 69).

As discussões da Carta de Belgrado foram retomadas, novamente, na Conferência de Tbilisi. Mencionou-se a nova ética global, com o intuito de erradicar a pobreza, a fome, o analfabetismo, a poluição, exploração e dominação humana.

Os programas de formação em EA foram orientados para a construção de uma racionalidade alternativa capaz de compreender, promover, mobilizar e articular os processos naturais, tecnológicos e sociais para criar opções para outro tipo de desenvolvimento. Nesse sentido a EA deveria destacar com clareza às pessoas, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do contexto atual.

A perspectiva da opulência ambiental do desenvolvimento não só questiona os comportamentos da sociedade da opulência e da abundância diante dos limites físicos que se opõem à sua conservação e expansão. Os países deveriam estabelecer vínculos de solidariedade para garantir a melhoria do Meio ambiente. Essa melhoria estaria vinculada e relacionada aos processos educativos da EA. Implicando, também, na reformulação crítica dos paradigmas do conhecimento nos quais se aninharam formações ideológicas que respondem aos interesses de classes sociais e grupos que apóiam o modelo de desenvolvimento vigente.

¹⁷ O termo ONG vem do inglês *Non Governmental* e foi introduzido oficialmente pelas Nações Unidas no ano 1950, no ECOSOC - Conselho Econômico e Social correspondendo às Organizações não governamentais e de caráter ambientalistas.

A Conferência Mundial de Educação Ambiental, posteriormente, em Moscou, (Ex-União Soviética) em 1987 retomou as discussões sobre a Educação Ambiental. Avaliou-se o processo de desenvolvimento da Educação ambiental traçado na Conferência de Tbilisi, na Geórgia, para reforçar e alcançar os objetivos propostos.

Em Moscou, a antiga União Soviética, 1987, realizou a Conferência Mundial de Educação ambiental que contou com a participação de trezentos educadores ambientais de cem países. Fez-se uma avaliação sobre o desenvolvimento da Educação ambiental desde a Conferência de Tbilisi em todos os países sócios da UNESCO visando reforçar os objetivos da Educação ambiental (SARABIA, 2004, p. 70).

A Comissão Mundial foi criada com o objetivo global de controlar, minimizar e/ou evitar a degradação do Meio ambiente no decênio 1980 disponibilizou um relatório com dados relevantes comprovando o agravamento dos problemas ambientais, em nível mundial.

As diferenças entre os problemas ambientais dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos foram destacadas. Consolidou-se a necessidade de se relacionar as questões ambientais às de desenvolvimento e educacionais.

Destes campos surgem os instrumentos de planejamento e critérios de tomada de decisões dos agentes econômicos que afetam as formas de valorização e apropriação dos recursos naturais e os processos de degradação ambiental. Os requisitos de conhecimentos para a construção de uma racionalidade ambiental dependem da perspectiva ideológica e política que deu origem à demanda.

No decênio 1980-1990, uma comissão Mundial foi criada com o objetivo de formular um programa global no ensejo de controlar, minimizar e/ou evitar a degradação do Meio ambiente. Esta Comissão foi presidida pela ministra da

Noruega, Senhora Gro Harlem Brundtland, e deu como resultado o relatório conhecido como *'Nosso Futuro Comum'* (SARABIA, 2004, p. 70).

Em 1992, no Brasil, aconteceu a Conferência das Nações unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Nessa Conferência, rediscutiu-se, o documento de Tbilisi para a elaboração da educação ambiental na agenda 21. Os três eixos de organização da Educação ambiental se tornaram reconhecidos internacionalmente a partir da Rio-92. São eles:

- I) Reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável, aumento da consciência pública e promoção do treinamento.
- II) A educação ambiental deve estar voltada para o desenvolvimento sustentável;
- III) A integração entre desenvolvimento e ambiente é o princípio básico e diretor da Educação e da Educação ambiental (REIS, 2004, p. 6).

A proposta reformula o ensino formal e o informal, modificando atitudes e comportamentos pela aquisição de conhecimentos e valores. O ensino é valorizado e a universalização do acesso ao ensino básico é apresentada como uma estratégia de promoção de equidade e compensação das disparidades econômicas e sociais.

O Fórum Internacional das Organizações Não Governamentais aconteceu durante a Conferência Rio-92. Essas organizações postularam o Tratado de Educação ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global¹⁸ definindo o seu principal objetivo.

¹⁸ O Tratado de Educação ambiental se destaca por resultar em um documento elaborado pela Sociedade civil organizada por entidades ambientalistas não governamentais. O documento reconhece a Educação como direito dos cidadãos e convoca as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, e cuidar do ambiente local, nacional e planetário.

O principal objetivo da Educação ambiental é contribuir para a construção de sociedades sustentáveis e equidade social com tendência a melhorar a qualidade de vida entre os seres humanos e demais seres.

Em particular, a Educação ambiental se insere nos espaços da Educação formal problematizadora que forma cidadãos capazes de intercambiar e transformar a natureza humana e não humana. Claro que a Educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários.

No entanto, ela pode influir decisivamente para isso quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na comunidade haverá uma mudança no sistema que se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos (REIGOTA, 1994, p.12).

As ações inerentes ao processo de Educação que engloba o ensino e a aprendizagem inserem o ser humano no espaço sócio-ecológico que algumas vertentes denominam de Meio Ambiente. O impacto ambiental é um fator preocupante refletindo na configuração de uma sociedade excludente e de classes com interesses divergentes.

Atualmente, a vida humana e a de outras espécies encontram-se concretamente ameaçadas. Essa profunda crise da história humana pela abrangência planetária traz conseqüências para a área da educação. Podemos dizer que as preocupações com a relação educação-ambiente não são novas e já estavam presentes de alguma forma, por exemplo, em Comenio, Rousseau, Pestalozzi, Froebel e Freinet.

Para Reis, a crise do ambiente, que é uma supercrise mundial, exige uma nova abordagem para a educação, colocando a educação ambiental como dimensão

da educação. Os diferentes enfoques que tratam da educação ambiental levam à definição de diferentes práticas e objetivos (2004, p. 8).

A Educação ambiental, portanto, surge da tentativa de elucidar a problemática relacionada ao meio ambiente visando melhorias na qualidade de vida. Ela busca estabelecer uma nova aliança entre a humanidade e a natureza, desenvolver uma nova razão que não seja sinônimo de autodestruição exigindo o componente ético nas relações econômicas, políticas e sociais.

Portanto, é condição *sine qua non* na Educação ambiental o diálogo entre gerações e culturas em busca da cidadania brasileira e planetária. A Educação ambiental, assim, empenhada na realização do seu projeto utópico de estabelecer uma sociedade mais justa para todos.

O processo de Educação política preenche lacunas na representação social dos processos naturais e culturais que são trabalhados nos temas ambientais. Nesse processo se junta o velho ao novo, tradições rurais com valores próprios da sociedade industrial, algumas coisas permanecem, outras se transformam, outras ainda desaparecem.

Carvalho compreende que a EA pode ser entendida como uma ferramenta privilegiada para o estabelecimento de um novo contrato com a natureza, baseado em uma conscientização mais profunda, tanto dos elementos que compõem o meio ambiente, onde o homem passe a ser encarado como um elemento-chave do contexto ambiental; quanto da necessidade de ver o meio ambiente como condição maior da vida. (2003, p. 19)

A Comissão de Desenvolvimento sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas se reuniu em Nova Iorque, em 2002. A discussão priorizou os cinco

acordos internacionais oficiais da Agenda 21, estabelecidos na Conferência Rio-92, descritos abaixo:

- I) Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- II) Agenda 21 e os meios para a sua implementação;
- III) Declaração de Florestas;
- IV) Convenção sobre o quadro de Mudanças Climáticas;
- V) Convenção sobre Diversidade Biológica (SARABIA, 2004, p. 71).

A Conferência Rio +10, em Johannesburgo, na África do Sul, fez um balanço da Conferência Rio-92. Verificou-se que os resultados obtidos a partir da Agenda 21 não foram, adequadamente, implantados na maioria dos países.

No início do século XXI, evidenciou-se que os avanços e os resultados obtidos não foram satisfatórios diante dos problemas relacionados à preservação da vida, do Meio ambiente e da estabilidade do Planeta. A necessidade de se compreender a complexidade da problemática ambiental, bem como, os múltiplos processos que a caracterizam provocou um questionamento da fragmentação e compartimentação de um saber disciplinar incapaz de explicar e resolver essa problemática.

1.3 – A Medicina Natural

A História da Medicina é apresentada por duas escolas filosóficas: a Hipocrática e a Galênica. Ambas teorizadas na Grécia antiga. A Medicina Hipocrática teve origem na Escola de Cós e a Medicina Galênica na Escola de Cénico.

A Escola de Cós iniciou estudos de origem e tendências Humanísticas, Vitalistas e Antropológicas. Enquanto a Escola de Cenido deu origem às correntes Materialistas, Organicistas, mecanicistas e Antivitalistas (NEMES, 1997, p. 24).

Hipócrates defendia a medicina do doente, ou seja, a mesma propugna que a pessoa possui uma unidade vital de acordo com a unidade cósmica. Um doente deve ser considerado no seu todo - a alma e o corpo expressos na força vital. Galeno também defendia a medicina do doente, esta – a Medicina Galênica – desconhecia a força vital e não se preocupava com a alma da pessoa tentando curar o doente somente dando ênfase ao órgão afetado (*idem*, p. 34).

A Medicina natural¹⁹ ou Naturopatia como passou a ser chamada no século XX desde a sua origem deriva desses dois campos de estudo. A Medicina Hipocrática diferencia-se da Medicina Galênica por seus métodos, técnicas e princípios curativos. No entanto, os primeiros mecanismos de cura foram associados à adoção de medidas de higiene.

A naturopatia inclui muitas modalidades de tratamento, tendo uma abordagem holística da assistência ao paciente que pode ser acompanhada juntamente com a medicina alopática.

Os conceitos de medicina alternativa são mencionados nas antigas escrituras da Índia, China e Egito e na maior parte das civilizações antigas da História do planeta Terra. A Medicina Hipocrática é, também, conhecida como Medicina Natural, Medicina Energética, Medicina Alternativa e Medicina Holística. As etapas do tratamento do paciente que se dão pela estabilização do seu padrão energético interno são:

¹⁹ A Medicina Natural, também, chamada de Naturopatia é uma Medicina Alternativa Complementar que enfatiza a capacidade intrínseca do corpo para se curar e se manter estabilizado e saudável.

- I - Um estímulo energético positivo gera uma vibração eletromagnética que desencadeará um novo padrão vibratório mais elevado;
- II - A mudança afetará os genes que enviarão informações para que a célula seja ativada;
- III - Haverá intensa atividade mental, emocional, molecular, formação de anticorpos e novas células dos órgãos produzindo aumento da temperatura interna e, posteriormente, da temperatura externa do organismo;
- IV - A pessoa fará uma auto-análise revivendo traumas e resolvendo conflitos emocionais;
- V - Um bloqueio energético e um equilíbrio da temperatura do corpo serão gerados com o início da normalização e do funcionamento dos órgãos internos desencadeando: suores, toxinas, catarros, pus, sangue coagulado, remelas, cerumes, fluxos vaginais e uretais, feridas, etc.
- VI - O início do processo de normalização do funcionamento do aparelho digestivo e rins se dão, gradativamente;
- VII - A limpeza e enriquecimento das propriedades que compõem o sangue sinalizam os novos resultados;
- VIII - Haverá mais pulsações do coração que bombeará o volume num movimento rítmico;
- IX - Haverá maior atividade nos pulmões e aumento da capacidade respiratória como também dos demais órgãos internos ajudando numa maior absorção, assimilação e eliminação de substâncias estranhas ao organismo;

- X - A limpeza do sangue e normalização das pulsações do coração descongestionará as veias do cérebro proporcionando um maior número de conexões e sinapses entre os neurônios;
- XI - Haverá um equilíbrio mental constatado pela redução da irritabilidade, da agressividade, das fobias, neuroses, ansiedade melhorando o raciocínio e a memória;
- XII - Possibilitará à pessoa aceitar novas concepções frente à família, à comunidade e ao planeta onde vive (NEMES, 1997, p. 41).

Dessa maneira, constata-se a normalização e harmonização no plano mental, emocional e físico gerando um ser vivo com a sua energia interna estabilizada. Cabe às instituições atuais a utilização da Ciência²⁰, da Tecnologia²¹ através de ações sociais para minorar os efeitos das doenças e mazelas emergentes.

O cenário mundial devido a utilização da ciência e tecnologia está em fase de mudanças muito rápidas, no que diz respeito ao quadro sanitário das populações. São mudanças ambientais, na demografia e no comportamento humano, mudanças na tecnologia e na produção industrial, nas condições de desenvolvimento econômico e de uso da terra.

O ser humano descobriu novos caminhos que o conduzem para a sua interioridade na busca pelo sentido da vida e reconhecimento de sua natureza inata. O seu interior se torna um lugar novo aberto a novas experiências quando desperta para as novas possibilidades e novas conquistas a partir de sua cosmovisão.

²⁰ Ciência deriva do Latim *scientia*, significando 'conhecimento) e se refere a qualquer conhecimento ou prática sistemática. Num sentido mais restrito, refere-se a um sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico.

²¹ Tecnologia deriva do Grego (τεχνη — 'ofício' e λογια — 'estudo'). É um termo que envolve o conhecimento técnico e científico e as ferramentas, processos e materiais criados e/ou utilizados a partir de tal conhecimento.

Ao invés de buscar as causas e as explicações psicopatológicas para as suas mazelas e sofrimentos, antes, precisa desperta para a sua essência – a sua alma. Em outras palavras, na maioria das vezes, nessa caminhada não é o espiritual que primeiro o aproxima. É o psíquico e, somente, depois o espiritual que lhe devolve o sentido da vida.

É uma visão de ser humano na sua existência cotidiana, no seu tempo e dentro do seu contexto sócio-cultural abrindo dimensões diferentes e inovadoras do seu processo de restabelecimento de saúde e qualidade de vida. Nesse sentido, a Medicina Holística lhe estende a mão porque se relaciona ao psíquico e ao espiritual.

Karl Jaspers e Carl Gustav Jung foram os proeminentes pesquisadores que se ocuparam em analisar os fenômenos da alma humana e suas mazelas. Outro grande pensador foi Thomas Mann que pouco antes de morrer , em 1954, escreveu:

Os últimos cinqüenta anos viram uma tão grande recessão do caráter humano, uma atrofia cultural de maneira realmente medonha e uma perda de Educação, decência, justiça, boa fé e da mais simples retidão que produz pavor (apud NEMES, 1997, p. 14).

A sociedade, assim, deve reconhecer que a maioria das mazelas as quais interferem na qualidade de vida dos seres vivos é parte dos problemas de época, os quais, ao longo de seu desenvolvimento serão eliminados e substituídos por outros. Sob esse aspecto, a Medicina Natural se constitui a via mais expedita para a sobrevivência da nossa e das demais espécies que possam sobreviver ao que Nemes chama de *ecocídio* que a chamada civilização industrial está cometendo.

A Medicina Natural tem como proposta introduzir mudanças significativas na qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, no Mundo. A Medicina natural tem como ponto de partida o homem não como um antropocentrismo cego, senão,

um humanismo transdisciplinário que considera as relações naturais necessárias para o pleno desenvolvimento do ser humano.

Os seres humanos estão submersos em um mundo cheio de problemas, de crises, de contradições profundas, entre elas:

- I – A exploração, degradação e depredação da natureza sem lhe dar tempo para auto-recuperação;
- II – A contaminação atmosférica produzida tanto pela própria natureza quanto pela atividade humana através da queima de combustíveis, atividades industriais de alta toxicidade e produção de resíduos radioativos, entre outros;
- III – A produção de quantidades de resíduos em uma sociedade de consumo de drogas e o aumento crescente de seres humanos enfermos;
- IV – Os problemas sociais tais como a delinqüência, o consumo de drogas e o aumento crescente de seres humanos enfermos;
- V – A violência e o questionável desejo de poder das grandes potências que se medem não pelo bem estar que dão aos seus povos, senão, por sua capacidade e poderio bélico através do manejo de armas biológicas e atômicas;
- VI – A diminuição da qualidade de vida por efeito da industrialização e concentração de grandes massas humanas nas cidades submetidas permanentemente ao ruído e ao fantasma da insegurança;
- VII – As pressões dos meios de comunicação com seu desempenho de ganâncias sem limites e da imediatização e a hipnose coletiva da população para que a mesma perca cada vez mais sua capacidade de

resposta e do critério para saber o que é que convém à vida e a si próprio;

VIII – As transferências de tecnologias de outras latitudes sem critério ou com o critério de ‘quanto é cosmovisão’;

IX – A imitação sem sentido de outras culturas com custos sem limites;

X – O afã de possuir e comprar cada vez mais coisas para preencher as casas com artefatos de última moda que alguns adquirem com sentimento de poder;

XI – A inversão dos valores humanos, a corrupção da mente e a prepotência humana que ignora o resto da natureza;

XII – A eliminação paulatina dos valores culturais e artísticos dos povos e a substituição por padrões alienantes extravagantes totalmente alheios a cultura e tradição dos povos.

Nemes afirma que essas contradições não nos conduzem a um mundo de saúde, harmonia, fraternidade e que devemos rever as ações realizadas nos campos sócio-econômicos, educacionais e de saúde. De acordo com ele, essas são algumas das calamidades que se dão simultaneamente em todo o Planeta.

A Medicina Natural permite que Ciência e fé unam os seres humanos com os demais organismos vivos. Assim, quando observamos o Planeta, a natureza, o *cosmos*²² nos damos conta de quantas múltiplas manifestações da natureza estão em sintonia e nos mesmos ritmos vitais.

²² *Cosmo ou cosmos* (do grego antigo κόσμος, transl. *kósmos*, "ordem", "organização") é um termo que designa o universo em seu conjunto, toda a estrutura universal em sua totalidade, desde o microcosmo ao macrocosmo. O cosmo é a totalidade de todas as coisas deste Universo ordenado, desde as estrelas, até as partículas subatômicas.

1.3.1 – A Promoção da Saúde

Os saberes práticos do século XX se aceleraram com o advento do Capitalismo e da Ciência moderna. O modo de produção capitalista, por sua vez, acelerou a produção e o consumo exacerbado de medicamentos por meio dos avanços da tecnologia.

Em escala global, os organismos internacionais e os governos foram influenciados a buscar novas estratégias para lidar com o problema das emergentes relacionados à doença e à promoção da saúde.

A I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde²³ foi realizada em Ottawa, Canadá. Em 1996 a Carta de Ottawa definia que a promoção da saúde consistia em proporcionar aos povos os meios para melhorarem a situação sanitária e exercer maior controle sobre a mesma.

Na Carta de Ottawa se lê:

CARTA DE OTTAWA
PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE
Ottawa, novembro de 1986

A Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em novembro de 1986, apresenta neste documento sua Carta de Intenções, que seguramente contribuirá para se atingir Saúde para Todos no Ano 2000 e anos subseqüentes.

Esta Conferência foi, antes de tudo, uma resposta às crescentes expectativas por uma nova saúde pública, movimento que vem ocorrendo em todo o mundo. As

²³ Esta Conferência foi, antes de tudo, uma resposta às crescentes expectativas por uma nova saúde pública, movimento que vem ocorrendo em todo o mundo. As discussões focalizaram principalmente as necessidades em saúde nos países industrializados, embora tenham levado em conta necessidades semelhantes de outras regiões do globo.

discussões focalizaram principalmente as necessidades em saúde nos países industrializados, embora tenham levado em conta necessidades semelhantes de outras regiões do globo.

As discussões foram baseadas nos progressos alcançados com a Declaração de Alma-Ata para os Cuidados Primários em Saúde, com o documento da OMS sobre Saúde Para Todos, assim como com o debate ocorrido na Assembléia Mundial da Saúde sobre as ações intersectoriais necessárias para o setor.

PROMOÇÃO DA SAÚDE

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente.

A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global.

PRÉ-REQUISITOS PARA A SAÚDE

As condições e os recursos fundamentais para a saúde são: Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda - ecossistema estável – recursos sustentáveis -

justiça social e equidade O incremento nas condições de saúde requer uma base sólida nestes pré-requisitos básicos.

DEFESA DE CAUSA

A saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida. Fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos podem tanto favorecer como prejudicar a saúde. As ações de promoção da saúde objetivam, através da defesa da saúde, fazer com que as condições descritas sejam cada vez mais favoráveis.

CAPACITAÇÃO

Alcançar a equidade em saúde é um dos focos da promoção da saúde. As ações de promoção da saúde objetivam reduzir as diferenças no estado de saúde da população e assegurar oportunidades e recursos igualitários para capacitar todas as pessoas a realizar completamente seu potencial de saúde.

Isto inclui uma base sólida: ambientes favoráveis, acesso à informação, a experiências e habilidades na vida, bem como oportunidades que permitam fazer escolhas por uma vida mais sadia. As pessoas não podem realizar completamente seu potencial de saúde se não forem capazes de controlar os fatores determinantes de sua saúde, o que se aplica igualmente para homens e mulheres.

MEDIAÇÃO

Os pré-requisitos e perspectivas para a saúde não são assegurados somente pelo setor saúde. Mais importante, a promoção da saúde demanda uma ação coordenada entre todas as partes envolvidas: governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não-governamentais, autoridades locais, indústria e mídia.

As pessoas, em todas as esferas da vida, devem envolver-se neste processo como indivíduos, famílias e comunidades. Os profissionais e grupos sociais, assim como o pessoal de saúde, têm a responsabilidade maior na mediação entre os diferentes, em relação à saúde, existentes na sociedade.

As estratégias e programas na área da promoção da saúde devem se adaptar às necessidades locais e às possibilidades de cada país e região, bem como levar em conta as diferenças em seus sistemas sociais, culturais e econômicos.

SIGNIFICADO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: CONSTRUINDO POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS

A promoção da saúde vai além dos cuidados de saúde. Ela coloca a saúde na agenda de prioridades dos políticos e dirigentes em todos os níveis e setores, chamando-lhes a atenção para as conseqüências que suas decisões podem ocasionar no campo da saúde e a aceitarem suas responsabilidades políticas com a saúde.

A política de promoção da saúde combina diversas abordagens complementares, que incluem legislação, medidas fiscais, taxações e mudanças organizacionais. É uma ação coordenada que aponta para a equidade em saúde, distribuição mais eqüitativa da renda e políticas sociais. As ações conjuntas

contribuem para assegurar bens e serviços mais seguros e saudáveis, serviços públicos saudáveis e ambientes mais limpos e desfrutáveis.

A política de promoção da saúde requer a identificação e a remoção de obstáculos para a adoção de políticas públicas saudáveis nos setores que não estão diretamente ligados à saúde. O objetivo maior deve ser indicar aos dirigentes e políticos que as escolhas saudáveis são as mais fáceis de realizar.

CRIANDO AMBIENTES FAVORÁVEIS

Nossas sociedades são complexas e inter-relacionadas. Assim a saúde não pode estar separada de outras metas e objetivos. As inextricáveis ligações entre a população e seu meio-ambiente constituem a base para uma abordagem socioecológica da saúde. O princípio geral orientador para o mundo, as nações, as regiões e até mesmo as comunidades é a necessidade de encorajar a ajuda recíproca – cada um a cuidar de si próprio, do outro, da comunidade e do meio-ambiente natural. A conservação dos recursos naturais do mundo deveria ser enfatizada como uma responsabilidade global.

Mudar os modos de vida, de trabalho e de lazer tem um significativo impacto sobre a saúde. Trabalho e lazer deveriam ser fontes de saúde para as pessoas. A organização social do trabalho deveria contribuir para a constituição de uma sociedade mais saudável.

A promoção da saúde gera condições de vida e trabalho seguras, estimulantes, satisfatórias e agradáveis. O acompanhamento sistemático do impacto que as mudanças no meio-ambiente produzem sobre a saúde – particularmente, nas áreas de tecnologia, trabalho, produção de energia e urbanização – é essencial e deve ser seguido de ações que assegurem benefícios positivos para a saúde da

população. A proteção do meio-ambiente e a conservação dos recursos naturais devem fazer parte de qualquer estratégia de promoção da saúde.

REFORÇANDO A AÇÃO COMUNITÁRIA

A promoção da saúde trabalha através de ações comunitárias concretas e efetivas no desenvolvimento das prioridades, na tomada de decisão, na definição de estratégias e na sua implementação, visando a melhoria das condições de saúde. O centro deste processo é o incremento do poder das comunidades – a posse e o controle dos seus próprios esforços e destino.

O desenvolvimento das comunidades é feito sobre os recursos humanos e materiais nelas existentes para intensificar a auto-ajuda e o apoio social, e para desenvolver sistemas flexíveis de reforço da participação popular na direção dos assuntos de saúde. Isto requer um total e contínuo acesso à informação, às oportunidades de aprendizado para os assuntos de saúde, assim como apoio financeiro adequado.

DESENVOLVENDO HABILIDADES PESSOAIS

A promoção da saúde apóia o desenvolvimento pessoal e social através da divulgação de informação, educação para a saúde e intensificação das habilidades vitais. Com isso, aumentam as opções disponíveis para que as populações possam exercer maior controle sobre sua própria saúde e sobre o meio-ambiente, bem como fazer opções que conduzam a uma saúde melhor.

É essencial capacitar as pessoas para aprender durante toda a vida, preparando-as para as diversas fases da existência, o que inclui o enfrentamento

das doenças crônicas e causas externas. Esta tarefa deve ser realizada nas escolas, nos lares, nos locais de trabalho e em outros espaços comunitários. As ações devem se realizar através de organizações educacionais, profissionais, comerciais e voluntárias, bem como pelas instituições governamentais.

REORIENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A responsabilidade pela promoção da saúde nos serviços de saúde deve ser compartilhada entre indivíduos, comunidade, grupos, profissionais da saúde, instituições que prestam serviços de saúde e governos. Todos devem trabalhar juntos, no sentido de criarem um sistema de saúde que contribua para a conquista de um elevado nível de saúde.

O papel do setor saúde deve mover-se, gradativamente, no sentido da promoção da saúde, além das suas responsabilidades de prover serviços clínicos e de urgência. Os serviços de saúde precisam adotar uma postura abrangente, que perceba e respeite as peculiaridades culturais. Esta postura deve apoiar as necessidades individuais e comunitárias para uma vida mais saudável, abrindo canais entre o setor saúde e os setores sociais, políticos, econômicos e ambientais.

A reorientação dos serviços de saúde também requer um esforço maior de pesquisa em saúde, assim como de mudanças na educação e no ensino dos profissionais da área da saúde. Isto precisa levar a uma mudança de atitude e de organização dos serviços de saúde para que focalizem as necessidades globais do indivíduo, como pessoa integral que é.

VOLTADOS PARA O FUTURO

A saúde é construída e vivida pelas pessoas dentro daquilo que fazem no seu dia-a-dia: onde elas aprendem, trabalham, divertem-se e amam. A saúde é construída pelo cuidado de cada um consigo mesmo e com os outros, pela capacidade de tomar decisões e de ter controle sobre as circunstâncias da própria vida, e pela luta para que a sociedade ofereça condições que permitam a obtenção da saúde por todos os seus membros.

Cuidado, holismo e ecologia são temas essenciais no desenvolvimento de estratégias para a promoção da saúde. Além disso, os envolvidos neste processo devem ter como guia o princípio de que em cada fase do planejamento, implementação e avaliação das atividades de promoção da saúde, homens e mulheres devem participar como parceiros iguais.

COMPROMISSOS COM A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Os participantes desta Conferência comprometem-se a:

- atuar no campo das políticas públicas saudáveis e advogar um compromisso político claro em relação à saúde e à equidade em todos os setores;
- agir contra a produção de produtos prejudiciais à saúde, a degradação dos recursos naturais, as condições ambientais e de vida não-saudáveis e a má-nutrição; e centrar sua atenção nos novos temas da saúde pública, tais como a poluição, o trabalho perigoso e as questões da habitação e dos assentamentos rurais;
- atuar pela diminuição do fosso existente, quanto às condições de saúde, entre diferentes sociedades e distintos grupos sociais, bem como lutar

contra as desigualdades em saúde produzidas pelas regras e práticas desta mesma sociedade;

- reconhecer as pessoas como o principal recurso para a saúde; apoiá-las e capacitá-las para que se mantenham saudáveis a si próprias, às suas famílias e amigos, através de financiamentos e/ou outras formas de apoio; e aceitar a comunidade como porta-voz essencial em matéria de saúde, condições de vida e bem-estar;
- reorientar os serviços de saúde e os recursos disponíveis para a promoção da saúde;
- incentivar a participação e colaboração de outros setores, outras disciplinas e, mais importante, da própria comunidade;
- reconhecer a saúde e sua manutenção como o maior desafio e o principal investimento social dos governos; e dedicar-se ao tema da ecologia em geral e das diferentes maneiras de vida;
- a Conferência conclama a todos os interessados juntar esforços no compromisso por uma forte aliança em torno da saúde pública.

POR UMA AÇÃO INTERNACIONAL

A Conferência conclama a OMS e outras organizações internacionais para a defesa da promoção da saúde em todos os fóruns apropriados e para o apoio aos países no estabelecimento de estratégias e programas para a promoção da saúde.

A Conferência está firmemente convencida de que se as pessoas, as ONGs e organizações voluntárias, os governos, a OMS e demais organismos interessados, juntarem seus esforços na introdução e implementação de estratégias para a

promoção da saúde, de acordo com os valores morais e sociais que formam a base desta Carta, a Saúde Para Todos no Ano 2000 será uma realidade.

* * *

A promoção da saúde representa um processo social e político, não somente incluindo ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades e habilidades dos indivíduos, mas também ações direcionadas a mudanças das condições sociais, ambientais e econômicas para minimizar seu impacto na saúde individual e pública.

Entende-se por promoção da saúde o processo que possibilita as pessoas aumentar seu controle sobre os determinantes da saúde e através disto melhorar sua saúde, sendo a participação da mesma é essencial para sustentar as ações de promoção da saúde.

As condições necessárias para a existência de saúde: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

A II Conferência Mundial de Promoção da saúde foi realizada em Adelaide na Austrália em 1988 reafirmando a de Ottawa quanto à definição dos determinantes de saúde às condições de acesso equitativo aos bens e serviços em geral e aos equipamentos e assistência à saúde. Nessa conferência de Adelaide o conceito de *Política Pública Saudável* foi aprofundado.

Ressaltou-se, nessa conferência, a importância e o compromisso político com a saúde em quatro áreas para atuação imediata: saúde da mulher, acesso à alimentação e a nutrientes saudáveis, redução do consumo de tabaco e álcool e criação de *ambientes saudáveis*.

A Promoção da saúde se deu a partir de um novo paradigma²⁴: A idéia de que é produzida socialmente e está relacionada a um conjunto de valores: saúde, educação, cultura, solidariedade, democracia, cidadania, desenvolvimento, justiça social e, principalmente, revalorização ética da vida.

Em conseqüência, também, as determinações da saúde foram relacionadas às dimensões culturais, ambientais, educacionais, sociais econômicas e políticas.

A III Conferência Mundial de Promoção da Saúde foi realizada em Sundswall na Suécia em 1991. O tema central dessa Conferência era: *Criação de ambientes saudáveis*. Ressalta-se que ocorreu um ano antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou seja, a Rio-92.

Essa Conferência foi realizada num contexto de intensos debates sobre a questão ecológica. Ou seja, considerada como uma pré Conferência Rio-92 colocou na agenda da saúde a discussão ambiental criando uma interdependência entre os fatores de saúde e ambientais.

Novamente os assuntos sócio-políticos foram abordados nos níveis macro e micro, tais como: conflitos armados, o crescimento rápido e desordenado das populações, alimentação inadequada, a falta de meios para garantir a autodeterminação e a degradação dos recursos naturais, entre outros. Sempre ressaltando que mesmo em graus e dimensões diferenciadas todos os fatores prejudiciais à saúde estão interligados às relações físicas e sociais.

Em 1997, em Jacarta na Indonésia, a IV Conferência Mundial de Promoção da Saúde aconteceu e foi nessa Conferência onde os impactos e diretrizes na

²⁴ Paradigma deriva do Grego (Parádeigma). Literalmente modelo, é a representação de um padrão a ser seguido. É um pressuposto filosófico, matriz, ou seja, uma teoria, um conhecimento que origina o estudo de um campo científico; uma realização científica com métodos e valores que são concebidos como modelo; uma referência inicial como base de modelo para estudos e pesquisas.

realidade da saúde foram revistos em seus eixos centrais a partir de avanços e retrocessos.

Dessa maneira, as questões se estenderam seguindo o mesmo fio condutor das Conferências sobre Educação ambiental. A avaliação da Primeira Conferência de Otawwa obteve resultados satisfatórios demonstrando que em países desenvolvidos e em desenvolvimento houve o melhoramento da saúde.

A Conferência de Jacarta estabeleceu cinco prioridades para a promoção da saúde até o séc. XXI:

- I) Promoção da responsabilidade da saúde;
- II) Aumento do empoderamento²⁵ dos indivíduos;
- III) expansão e consolidação das alianças para saúde;
- IV) Incremento das pesquisas voltadas para o desenvolvimento da saúde; asseguração de uma infra-estrutura para a promoção da saúde.

As cinco prioridades dessa Conferência se tornaram os eixos centrais para a V Conferência Mundial de Promoção de saúde. Priorizou-se analisar a qualidade de vida das pessoas de pessoas que vivem em situações adversas.

Os três objetivos básicos para a V Conferência Mundial de Promoção da saúde foram:

- I) demonstrar como a promoção da saúde faz a diferença na qualidade de vida das pessoas;
- II) posicionar a saúde na agenda das agências de desenvolvimento internacionais, nacionais e locais;

²⁵ Esta noção remete a diferentes perspectivas de análise das Ciências Sociais. O empoderamento possibilita, tanto, a aquisição da emancipação individual, quanto, à consciência coletiva necessária para a superação da 'dependência social e dominação política'. Como idéia chave perpassa o centro do debate atual sobre as possibilidades e limites do desenvolvimento sustentável.

III) Estimular alianças para a saúde entre os diferentes atores em todos os níveis da sociedade.

A V Conferência Mundial de Promoção da saúde aconteceu no México. Nessa Conferência, as questões-chaves evidenciaram resultados da importância da promoção da saúde, da necessidade de focalizar os determinantes da saúde, da grande necessidade da humanidade buscar um mundo mais equitativo, de que a promoção da saúde é relevante e de que a promoção da saúde é politicamente sensível ao desenvolvimento sustentável e ao naturalismo, em geral.

Nessa Conferência a estruturação técnica considerou as prioridades da Carta de Jacarta e da Resolução sobre Promoção de Saúde da Assembléia Nacional de Saúde no Brasil em 1996. A cronologia de como se deu todo o debate em termos macroestrutural, histórico e biosférico no período de 1974 a 2000, conforme Andrade e Barreto (2002, p. 154-158):

1974 – O Informe Lalonde.

1978 – A primeira Conferência Internacional sobre Atenção Primária de Saúde – Declaração de Alma Ata.

1981 – A OMS²⁶ adotou uma estratégia global: Saúde para Todos no Ano 2000.

1986 – A Carta de Otawwa tornou-se o marco da Promoção da Saúde.

1988 – A Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde aconteceu em Adelaide, Austrália.

1991 – A Terceira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde aconteceu em Sundsval, Suécia (BUSS, 2000, p. 163-177).

²⁶ A OMS - Organização Mundial de Saúde define como promoção da saúde o processo que permite às pessoas aumentar o controle e melhorar a sua saúde.

1997 – A Quarta Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde se deu em Jacarta.

1998 – A Resolução da Assembléia Mundial de Saúde (Promoção da Saúde).

2000 – A Quinta Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde aconteceu no México.

A redefinição de prioridades no financiamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nesta área levou-nos ao novo enfoque atrelado ao ambientalismo. Este novo enfoque é explicado pelo fato de que há uma complexidade cada vez maior dos problemas acarretados pelas doenças infecciosas emergentes em todo o mundo.

Na lógica da contradição, o conhecimento da natureza se colocou a favor da preservação da humanidade enquanto uma parcela da humanidade se posicionou a favor da destruição da natureza. Dessa maneira, as transformações ideológicas vinculadas ao capitalismo estabeleceram um novo campo epistemológico decorrente de consensos sociais.

O saudosismo da 'Vida natural' convive com o temor das transformações revolucionárias onde o poder depende exclusivamente de uma visão otimista para legitimá-las. Enchentes se explicam pelo efeito estufa, ou pelo lixo jogado nos córregos e nada se faz a respeito já que optamos pelo automóvel ou córregos. Sob esse aspecto a dimensão ético-humana está atrelada à promoção da condição humana, cujo significado é um problema aberto.

Portanto, trabalhou-se as maneiras pelas quais os conceitos de Educação ambiental e Medicina natural se modificaram através da necessidade empírica resultando de um longo esforço de produção e embate teórico no campo ideológico do conhecimento científico.

A busca pela unanimidade do real fez com que eles se estendessem à vida em sociedade. Nesse sentido, Marx se refere que são os conceitos das novas teorias científicas que dão conta da produção do real através da concretude enquanto síntese de múltiplas determinações.

A identificação das culturas populares não resiste à Medicina erudita, segundo Canesqui. No que se refere aos estudos da medicina popular ou dos demais sistemas de cura, consolidados ou não nas diferentes religiões foi a superação de dicotomias (tradicional/moderno, sagrado/profano, lógico/ilógico) que estiveram presentes nas análises influenciadas pelo funcionalismo culturalista americano no passado, por referência à superioridade da medicina alopática (1998, p. 25).

O saber emerge enquanto sujeito da Ciência mediante a observação e interiorização dos processos históricos inconscientes e lingüísticos que o constituem e conhecemos. O campo da experimentação faz com que a realidade empírica vivida passe a ter um sentido diferente porque a experimentamos e interiorizamos. É o recorte que fazemos de uma dada realidade a partir de diferentes perspectivas.

Nesse sentido, a abordagem da Medicina natural tem o caráter crítico da proposta transversal em relação ao currículo do tipo disciplinar ao se revelar através da preocupação e prática pedagógica. Pauta-se na premissa de que os temas contemplados nas diferentes áreas não podem configurar um aprendizado a parte valorizando a compreensão integral de cada temática.

A ênfase de Enguita (1989) sobre esse espaço oportuno para debate entre os sujeitos é válida, pois o cotidiano escolar precisa ser olhado de maneira crítica pelos professores e alunos onde juntos discutam e se posicionem sobre a valorização dos saberes extra-escolares e suas possíveis inter-relações com o currículo formal da

escola. O mesmo é válido para a relação do homem com a natureza, com as suas propostas pedagógicas e realizações pautadas em eixos mais amplos.

Devido à abordagem holística e integradora, a Educação ambiental, enquanto tema transversal, na escola assume um papel fundamental na formação de cidadãos responsáveis e ativos resgatando valores éticos e fraternos perante a vida, em geral. Uma vez que os problemas ambientais não se restringem apenas à proteção da vida, mas a melhor qualidade da mesma em todos os seus aspectos.

O crescente individualismo, os desafios da pluralidade cultural, a corrida tecnológica, a distribuição desigual de renda e as injustiças sociais generalizadas decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado são encaradas como generalizações de problemas ambientais no mundo globalizado.

A sociedade do consumo tem sido fortalecida pela ciência e tecnologia contribuindo para que o cidadão se torne vítima do círculo vicioso do consumismo exacerbado. A vida cotidiana coloca o homem num estado de tensão permanente mediante a escravidão dos hábitos e artefatos criados pelo próprio homem.

A artificialidade invade a sua vida, o espaço escolar e os valores passam despercebidos. O ambiente se volta para a artificialidade na alimentação, nas relações e o impacto só é percebido na sua saúde física e mental.

A educação contemporaneizada do séc. XXI se adéqua à demanda do domínio sócio-ambiental onde ocorrem processos específicos com objetivos, finalidades, estratégias e conteúdos com características particulares que revelam o caráter ativo e promoção de uma reação pautada em melhorias.

Essa educação deve preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com

vistas a melhoria da qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos” (DIAS, 1992, p. 68).

Apesar da diversidade de definições, a medicina natural associada à educação formal é uma proposta simples e viável para se conseguir uma melhor qualidade de vida e dos valores humanos escassos no nosso cotidiano. Pode ser percebida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação orientando para a resolução dos problemas concretos do ser humano através de enfoques interdisciplinares.

É na instituição que se tecem as relações entre indivíduos, é ali que cada um existe enquanto ator social submetido a todo o sistema que lhe atribui um papel a desempenhar. A instituição é uma referência estruturante onde o indivíduo tenta existir enquanto sujeito de suas opções e da sua própria história (NASCIUTTI, 1995, p. 24).

Portanto, a educação pode ser entendida como a instituição responsável pela transmissão da herança social de um determinado grupo às suas gerações seguintes que tentarão fazer prevalecer seus costumes e seus valores em relação a outros grupos (BRANDÃO, 1992).

É, pois, a instituição que busca manter os processos pelos quais a sociedade transmite suas tradições, costumes e habilidades, isto é, a sua cultura às futuras gerações.

Mediante a utilização dos avanços da ciência e da tecnologia, a educação deve desempenhar uma função capital com vistas a criar uma consciência e a melhor compreensão dos problemas que afetam o meio ambiente. Essa educação há de fomentar a elaboração de comportamentos positivos de conduta com respeito ao meio ambiente e a utilização dos seus recursos pelas nações (DIAS, 1992, p. 68).

Assim, a Medicina natural deve ser entendida como um grande projeto de uma sociedade sensata que por sua vez se empenha em promover a formação de

peças com os mesmos interesses em relação à melhoria da qualidade de vida de todos.

CAPÍTULO 2

2 – EDUCAÇÃO E CULTURA

Como espécie, *Homo sapiens et demens*²⁷, ‘nós’ temos percorrido muitos caminhos em busca de grandes conquistas ao longo de nossa jornada e sobrevivência no Mundo. Evidentemente, notáveis antropólogos como Lévi-Strauss e Geertz têm afirmado que quando um Paradigma civilizatório entra em crise, quando as estrelas-guias se obnubilam e o horizonte de um povo perde sua capacidade de gerar sentido, irremediavelmente, emerge a espiritualidade.

O que eles querem dizer é que o ser humano se fragiliza perante as incertezas e o medo do desconhecido o leva a buscar soluções por outros caminhos. É o que vimos acontecer em todas as culturas, por todo o mundo e, principalmente, em nossas vidas quando nossos horizontes se perdem e sentimos a nossa vida por um fio.

²⁷ A idéia de que se possa definir *homo*, dando-lhe a qualidade de *sapiens*, isto é, de um ser razoável e sábio, é uma idéia pouco razoável e pouco sábia. *Homo* é também *demens*: manifesta uma afetividade extrema, convulsiva, com paixões, cóleras, gritos, mudanças brutais de humor; traz em si uma fonte permanente de delírio; crê na virtude de sacrifícios sangrentos; dá corpo, existência, poder a mitos e deuses da sua imaginação. Há no ser humano um salão permanente de Ubris, a desmesura dos Gregos. A loucura humana é fonte de ódio, crueldade, barbárie, cegueira. Mas, sem as desordens da afetividade e as irrupções do imaginário, sem a loucura do impossível, não existiria entusiasmo, criação, intervenção, amor, poesia (EDGAR MORIN).

A Carta da Terra²⁸ é um dos documentos éticos que melhor nos orientam em relação aos caminhos a seguir nesse momento crítico da perspectiva ambientalista. No livro 'Carta da Terra: reflexão pela ação' de Ferrero se lê:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas (2004, p. 57).

Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.

Portanto, devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Na realidade, não estamos acostumados a considerar que o bem-estar dos outros é uma condição não só para a nossa condição particular de ser humano e implica na nossa sobrevivência. Tampouco, não estamos acostumados a imaginar a nossa vida como um pequenino componente da Comunidade Mundo.

A idéia de que não é fácil escolher o fio condutor das reflexões se manifesta por compreendermos que essa reflexão ainda está em processo de sistematização de sua contribuição ao Campo Educacional e Cultural. A preocupação de trazer contribuições à análise nesses dois campos de estudos teóricos nos permite afirmar que o ser humano possui, em primeiro lugar, uma exterioridade expressa pelo corpo.

²⁸ A Comissão da Carta da Terra publicou no dia 24 de março de 2000 uma versão final do documento (FERRERO, 2004, p. 57).

Mediante isso, somos parte do universo composto por todos os elementos e organismos que se relacionam uns com os outros. Nós não existimos, senão, coexistimos sempre junto com os outros seres os quais mantemos relações de troca e de interdependência captada pela materialidade ou espiritualidade.

Faz-se *mister* que esse Capítulo ressalte os aspectos que atingem a vida das pessoas e da coletividade nas dimensões educacionais, culturais, econômicas e espirituais visando a expansão dos horizontes teóricos e o fortalecimento de uma visão mais participativa dos povos da Amazônia.

2.1 – A Problemática Ambiental na Amazônia

A Amazônia, parte do mundo, configura-se como um Universo singular em sua diversidade. A Amazônia²⁹ é uma região natural recoberta em grande parte pela floresta tropical e está situada na Região Norte da América do Sul. É, também, conhecida como Floresta Equatorial da Amazônia ou Hiléia Amazônica.

No Brasil, para efeitos de governabilidade e economia, a Amazônia foi delimitada por uma área chamada 'Amazônia Legal' e definida a partir da criação da SUDAM em 1966. Em 2000 uma área de seis milhões de hectares no centro de sua bacia hidrográfica incluindo o Parque nacional do Jaú foi considerada pela UNESCO Patrimônio da Humanidade.

²⁹ O nome Amazônia deriva de *amazonas*, as mulheres guerreiras da Mitologia grega. Segundo a lenda, as amazonas pertenciam a uma tribo, comandada por Hipólita que não aceitava homens: as crianças de sexo masculino eram mortas ao nascer. *Amazona* significa *a=sem*, *mazôn=centro* ou *sem centro*, em grego.

O bioma³⁰ que ocupa 49,29% do território brasileiro é chamado também de Amazônia sendo o maior bioma terrestre do país. É, pois, a maior floresta tropical do mundo e comporta 60% da cobertura da floresta em território brasileiro.

Mapa da Amazônia legal brasileira localizada na Região Norte da América do Sul. Os limites da ecorregião nas áreas de fronteira estão delineados em cor amarela



Fonte: Nasa.

A Região geoeconômica da Amazônia ou Complexo regional Amazônico compreende todos os estados da região Norte do Brasil com exceção do extremo sul do Tocantins. Praticamente, ocupa todo o Mato Grosso e o oeste do Maranhão numa área de aproximadamente 5,1 milhões de quilômetros quadrados distribuído em nove estados.

³⁰ O bioma é o conjunto de ecossistemas terrestres com vegetação característica e fisionomia em que predomina um tipo específico de clima.

O rio Amazonas nasce na cordilheira dos Andes e se estende por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. É, também, considerado o rio mais volumoso do mundo.

A bacia Amazônica abrange uma área de 7 milhões de km² compreendendo outros países da América do Sul como Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil. Ela envolve todo o conjunto de recursos hídricos que convergem para o rio Amazonas.

É a maior bacia fluvial do mundo e os seus principais afluentes são: rio Negro, rio Tapajós e rio Madeira. De sua área total, cerca de 3,8 milhões de km² se encontram no Brasil abrangendo os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amapá.

Amazonas é uma palavra de origem indígena e deriva da palavra Amassunu que significa 'ruído das águas ou água que retumba'. O Estado do Amazonas é o mais populoso da Região Norte com mais de três milhões de habitantes.

O Amazonas possui uma grande reserva de desenvolvimento sustentável "A Reserva de Mamirauá". O Amazonas possui três Parques nacionais (Amazônia, Jaú e Pico da Neblina) e oito Parques estaduais (Serra do Aracá, Nhamundá, Negro Setor Norte, Rio Negro Setor Sul, Samaúma, Sucundurí, Cuieiras e Guariba) criados no período de 1990 a 2005.

A população da Amazônia, na maioria, descende de europeus portugueses, italianos, espanhóis, franceses, árabes, judeus, japoneses e afrodescendentes. Possui 65 etnias indígenas. O idioma indígena mais falado é o Tukano.

O Estado do Amazonas é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil e é a mais extensa delas ocupando uma área de 1.570.745,680 km². Está situado na Região Norte e faz fronteira com a os países: Venezuela, Peru e Colômbia.

O Amazonas possui a maior bacia hidrográfica do mundo “A bacia Amazônica” e o maior rio do Mundo “O rio Amazonas”. A capital do Estado do Amazonas é Manaus e tem 62 municípios. O nome de *Manaus* significa *mãe dos deuses* em homenagem à nação indígena dos Manaós.

A Região Amazônica tem especificidades e não é apenas uma área exótica do planeta, além da sua exotividade, há os atores humanos que atuam e interferem no palco de questões ecológicas, ambientais e educacionais, entre outras.

O ambiente não é apenas o meio que circunda as espécies e as populações. É uma categoria sociológica relativa a uma realidade social configurada por comportamentos, valores, crenças, saberes como por potenciais produzidos.

Em pleno limiar do século XXI, a maioria da população Amazônica tem sido desafiada a sobreviver enquanto objeto de conflitos político-ideológicos. O Estado do Amazonas possui instituições com a finalidade de estudar os problemas peculiares da Amazônia. O INPA, A UFAM, A UEA, FAPEAM, entre outras, são instituições voltadas a estabelecer intervenções nos meios sócio-culturais e educacionais.

Em pesquisa social, o ambiente comunitário das comunidades passa a ser definido como grupos, comunidades simbólicas e sistemas não espaciais. Porém, o conceito de ambiente ressurge problematizando o conhecimento e cobrando um sentido estratégico no processo político de supressão da externalidade do desenvolvimento econômico. Nesse aspecto, a Amazônia pode ser vista como uma formação econômico-social pela dinâmica do Capitalismo³¹ e, portanto, sujeita aos

³¹ O Capitalismo é um sistema econômico caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela existência de mercados livres. A ascensão do capitalismo na historiografia ocidental é comumente associada ao ocaso do feudalismo ocorrido na Europa no final da Idade Média. Karl Marx em sua obra ‘O capital’ explicita sua visão sobre o Capitalismo. Desde, então, tornou-se o maior crítico do capitalismo ao observar através da dinâmica da lutas de classes incluindo a estrutura de estratificação de diferentes segmentos sociais e dando ênfase às relações entre proletariado (classe trabalhista) e burguesia (classe dominante). Para ele, a diferença de poder econômico entre as classes é um pressuposto do sistema, ou seja, a classe dominante acumulará riquezas por meio da exploração do trabalho das classes operárias.

processos de expansão e crise do capital. Vários momentos e movimentos na realidade da Amazônia indicam que esta perspectiva é fecunda, mas, não isenta do confronto com alguns problemas.

O primeiro deles e o mais amplo é o de como conduzir uma reflexão sobre a Amazônia no quadro dos fenômenos e processos sociais sem cair nos rótulos 'nacionalista', 'regionalista' ou 'internacionalista'. Dizendo de outro modo, como lidar com a interpretação do 'específico', do 'particular' do 'diverso' num quadro articulado por sistemas e processos de grande alcance e intensidade como no caso de relações econômicas e culturais mundializadas (SILVA, 2000, p. 2).

Os fenômenos emergentes da globalização alcançaram a Amazônia e lhe imprimiram uma configuração distintiva de outras épocas. A aceitação de que os processos mundiais emergentes se realizam, de fato, a partir do local recolocou a questão da Amazônia sob o prisma do mundo envolvendo outros problemas.

Nesse sentido, o mundo e o local passaram a ser unidades de análise para as quais convergem processos e fenômenos remanescentes. No âmbito dessas observações, há considerações que nos conduzem a outro patamar compreensivo dos pressupostos do modelo de desenvolvimento vigente.

Na atual situação da Amazônia, os impactos da globalização³² se confundem com os processos de apropriação e domínio da natureza. Os diferentes e os

³² A globalização é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política impulsionado pelos meios de transporte e comunicação entre os países do mundo no final do século XX e início do século XXI. É um fenômeno gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global que permita maiores mercados para os países centrais considerados desenvolvidos. O processo de Globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

desiguais se cruzam sob a forma de perspectivas articuladoras das dimensões globais da Sociedade contemporânea³³.

Dessa maneira, os impactos de ordem social, econômica ou ambiental dinamizam as mudanças culturais, as perspectivas de autodeterminação social, de interlocução mundial e, principalmente, do imaginário universal. No aspecto da globalização, a Amazônia, tanto, é um território situado, quanto, é uma utopia.

Paulo Freire afirma que a conscientização nos convida a assumir uma posição uma posição utópica frente ao mundo e esta posição converte o conscientizado em “fator utópico”. Ele afirma que o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão, a utopia é também um compromisso histórico.

Ele afirma, em *Conscientização*, que a utopia exige o conhecimento crítico e é um ato de conhecimento. Da mesma maneira, não se pode denunciar a estrutura desumanizante se não se penetra para se conhecê-la. Não se pode anunciá-la se não a conhece, no entanto, entre o momento do anúncio e a realização do mesmo existe algo que deve ser destacado:

É que o anúncio não é anúncio de um ante-projeto, porque é na práxis histórica que o anteprojetado se torna projeto. É atuando que se pode transformar seu anteprojetado em projeto, ou seja, por meio da práxis e não por meio do blábláblá (1979, p. 16).

³³ A sociedade contemporânea tem se caracterizado por um conjunto de acontecimentos que estão induzindo o desenho de uma nova realidade social, resultado de fenômenos econômicos, políticos, culturais que discutem mecanismos clássicos do direito, exigindo por isso dos operadores e pesquisadores da área jurídica respostas eficazes para a configuração da complexificação desses fatores.

Ou seja, à medida dos impactos da globalização na Amazônia se delimitam as formas de interlocuções organizadas para representar o imaginário da dinâmica mundial no contexto local. Em outras palavras, nas crises do Capitalismo se criam zonas econômicas com conexões da moderna ordem mundial que se explicam da relação entre o capital e a vocação econômica.

Para Augé, constitui-se, no limite, em um 'não-lugar', cuja característica mais contraditória é ser um lugar no mundo; um 'não-lugar' da diversidade e outra face do 'não-lugar padronizado (1994, p. 28).

Nesse sentido, as abordagens se articulam ganhando relevância de como se realizam esses processos de apropriação e organização dos recursos naturais, dos espaços e até mesmo de populações.

Como uma região geopoliticamente delimitada no mercantilismo, no absolutismo monárquico, na transição feudal-capitalista, no colonialismo, a Amazônia sofreu mudanças acentuadas com os processos de expansão e crise do capitalismo. As relações mundiais contemporâneas impõem outras circunstâncias de inserção da Amazônia na dinâmica global.

Ou seja, quanto mais a Amazônia é vista como um patrimônio da humanidade mais as contradições ganham complexidade no plano local. A difusão do fato de que os sistemas naturais são interligados em escala planetária e que o bem-estar e a sobrevivência dos habitantes da terra dependem de um equilíbrio, reabre as questões da soberania, do desenvolvimento sustentável, do zoneamento ecológico e do futuro planeta.

Para Silva, essa concertação inicial inclui medidas e debates globais de proteção ambiental, pesquisa científica, mobilização política mundial. Inclui também, em grande medida, perspectivas de recolonização da região e tendências de

reinvenção da natureza, seja com sentido refundador do espírito comunitário de regiões, povos, saberes, práticas, seja com princípios de autonomia e solidariedade como possibilidades éticas de uma ordem política emergente (2000, p. 11).

As questões ambientais na Amazônia, por estarem inseridas na questão mais ampla, respaldam-se no sentido de possibilitar novas estratégias as comunidades rurais, ou seja, viabilizando-se o acesso às novas maneiras de intervir em sua realidade local.

A degradação ambiental se tornou uma marca registrada da ação humana por todo o planeta terra. A sobrevivência das futuras gerações humanas e demais seres é uma preocupação real, no entanto, a problemática ambiental integra um aspecto crucial para as comunidades locais.

A exploração da natureza, a degradação ambiental e a marginalização social persistem apesar do propósito de se produzir um conhecimento holístico e interdisciplinar. No entanto, o modelo impregnado de um desenvolvimento consumista inviabiliza essa intervenção na realidade local.

Por essa razão, as questões educacionais, culturais e ambientais são prioritárias e reforçam a necessidade de se pensar nas concepções de ser humano em relação aos demais. Hoje, a Amazônia pode compor, tanto, o ideário de bem-estar dos consumidores de melhores produtos de todo o mundo, quanto, um patamar civilizatório de propostas ambientalistas em nível mundial 'politicamente corretas'.

Reis afirma em seus estudos que o poder político dos grandes grupos econômicos transformou a vida em mercadoria e essa é a essência da problemática ambiental. Assim, os problemas ambientais têm raízes histórico-políticas e, para superá-los, precisamos transformar as relações sociais (2004, p. 10).

Na maioria das vezes, a sobrevivência nas comunidades da Amazônica depende do poder político que interfere diretamente nas relações sócio-culturais, educacionais, entre outras. Desse modo, o homem enquanto ser pensante deve ativamente buscar soluções para os problemas criados pela humanidade no contexto de realidades específicas.

A preservação do meio ambiente é uma tarefa que passa pelo processo de auto-educação e a prática educativa pode e deve ser o principal instrumento desse processo. Portanto, o direito ao meio ambiente sadio e a uma melhor qualidade de vida é uma questão de cidadania.

Para Carvalho, a EA pode ser considerada um processo de despertar o homem para a importância que o meio assume na sua vida e na vida do outro. Há, também, o estado constante de vigília sobre todas as ações que interferem nos arranjos espontâneos do mundo orgânico e inorgânico e ainda proclamando as vantagens de se viver harmonicamente com o meio a nossa volta (2002, p. 28).

Sob esse aspecto, a existência e sobrevivência humanas estão relacionadas às suas necessidades básicas e atreladas a macros e micros projetos quer sejam individuais ou coletivos. Ao mesmo tempo em que se vê o cenário brasileiro se destacar entre as dez maiores economias do mundo se agravam os problemas sociais através da concentração de renda e da exclusão de um grande contingente da população dos bens de consumo, da cultura, da educação e do bem-estar.

O acelerado e descontrolado processo de urbanização nas cidades se tornou sinônimo de desordem ambiental com raras exceções que não interferem ou influenciam negativamente nos índices de qualidade de vida da grande maioria dos sujeitos que compõem a sociedade.

Manaus é uma cidade brasileira e principal centro financeiro da região norte do Brasil onde vivenciamos o processo de pesquisa. Situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões. Atualmente, o seu principal motor econômico é o Pólo Industrial de Manaus.

É, pois, a cidade mais populosa da Amazônia de acordo com as estatísticas do IBGE e bem conhecida pelo ecoturismo. Está localizada no extremo norte do país, a 1932 quilômetros da capital federal, Brasília.

2.2 – A Educação e Cultura na Amazônia

A Educação tem, a princípio, como finalidade, promover mudanças desejáveis e relativamente permanentes nos indivíduos, e que estas venham a favorecer o desenvolvimento integral do homem e da Sociedade. Em Paulo Freire, a Educação e a investigação temática numa concepção crítica de Educação constituem diferentes momentos do mesmo processo.

Para ser válida, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a se educar). Faltando a tal reflexão sobre o homem, corre-se o risco de adorar métodos educativos e maneiras de atuar que reduzem o homem à condição de objeto.

Assim, a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante e que não está adaptada ao homem concreto a que se destina.

Por outra parte, ele afirma que não existem senão homens concretos (“não existe homem no vazio”). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. O homem é um ser de raízes espaço-temporais.

Para ser válida, a Educação deve considerar a vocação ontológica do homem – vocação de ser sujeito – e as condições em que ele vive: em tal lugar exato, em tal momento, em tal contexto. Mais exatamente, para ser instrumento válido, a Educação deve ajudar o homem, a partir de tudo o que constitui sua vida, a chegar a ser sujeito.

E isto é o que expressam frases como: “A educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade a qual o homem está radicado” (1979, p. 19).

A Educação, pois, possibilita abordar e difundir as elaborações e os resultados da relação dialética do pensamento científico no contexto Amazônico. Uma vez que em todas as áreas a Amazônia é incluída como prioridade especulativa e experimental.

O conhecimento sobre a região Amazônica propicia pautas científicas e projetos numa realidade global que a transforma em ponto de convergência dos interesses mundiais. Os grandes grupos criam processos de colaboração e interlocução visando a apreensão e notoriedade científica pelo conhecimento de ponta sobre o bioma Amazônia.

O lado complexo da Educação se traduz pelo ângulo político-ideológico de que os limites geopolíticos regionais sugerem articulações entre as tendências que coíbem as ações sócio-educativas entre o conhecimento local e a ciência.

Silva destaca que a perspectiva de que os sistemas e processos físicos e biológicos são planetários na sua dinâmica e que a harmonia desse funcionamento foi violentada pela ação do homem. Destaca também que a idéia de que o futuro da Terra pode ser comprometido pela degradação de uma ou mais de suas partes pondo em risco as gerações futuras.

A globalização da Economia serve tanto de base técnica para a mundialização da Cultura quanto para fomentar através da Ciência e das invenções tecnológicas disseminadas os modos de colaboração das agendas científicas ambientalistas. Esse debate teórico possibilita a retomada da questão da educação e vertentes que se dedicam as análises das conseqüências em relação à natureza.

Segundo Silva, a Amazônia possui a 'solução' para os mais graves problemas da humanidade e de geração de riquezas, pois, possuímos 54% da reserva de oxigênio natural do mundo para resolver os problemas da poluição. Temos, também, o espaço vital inexplorado para abrigar os excedentes da população mundial e geração de riquezas (2000, p. 166).

Dessa maneira, a Amazônia se encontra na interface de uma dessas vertentes como parte do cosmos pela possibilidade de gerar impactos que alterem a dinâmica entre o planeta Terra e o Universo desconhecido. São as interpretações desse porte que remetem à Educação contestações da importância da Amazônia e da sua população.

Há ainda o aspecto cultural a ser evidenciado, pois, as desigualdades sociais historicamente desenvolvidas compõem um quadro empírico de demonstração das populações como grupos subalternos. Por sua vez, a Cultura está vinculada a um conjunto de conhecimentos, crenças, idéias e corresponde a tudo o que caracteriza a existência social de um povo, nação ou grupos sociais no interior da Sociedade.

Para Romanelli, Cultura é, antes de tudo, humanização e se define como algo muito mais abrangente do que o simples resultado da ação intelectual do homem. Ela é o próprio modo de ser humano e se distingue por uma dupla manifestação: a de processo e a de produto. É processo por definir a ação contínua e recíproca do homem no meio e produto por ser resultado dessa ação constituindo os bens culturais construídos, historicamente (1993, p. 20).

A concepção de Educação como meio de ascensão social, de erradicar a pobreza e minimizar a violência concede à escola um papel primordial que é valorizado no âmbito nacional e internacional. A busca em compreender como as questões sociais, culturais e econômicas se encontram diretamente relacionadas com o fracasso ou com o sucesso escolar não teria se transformado em objeto pesquisas e em argumentos primordiais no debate político se o nível educacional alcançado pelos sujeitos não fosse um dos principais determinantes do *status social*.

Durkheim define Educação como o desenvolvimento do indivíduo nas atitudes e capacidades que lhes são exigidas “*não só pela sociedade em conjunto, mas também pelo meio especial a que em particular está determinado*”. Outra definição dele conceitua educação como:

A ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política e no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine (DURKHEIM apud FAUCONNET, 1973, p. 41).

A Educação escolar desempenha um papel de ‘sociabilização’ contribuindo para a interiorização do indivíduo e dos valores da sociedade. Dessa maneira, o campo educacional tem feito novas conexões e aberto espaços diferentes para a construção de novos conhecimentos.

Em particular, esta década tem experimentado e testemunhado o crescimento de maneiras de criticismo consciente e interessado em dialogar a luta coletiva no campo educacional.

A vida com freqüência envolve tensões entre valores importantes e isso implica em escolhas difíceis. Contudo, temos de encontrar formas de harmonizar as diversidades às unidades como no exercício da liberdade com o respeito pelo outro e os objetivos de curto com aqueles de longo prazo.

Cada indivíduo, cada família, cada comunidade, cada sociedade têm um papel vital a desenvolver. A ação conjunta dos governos e da sociedade civil é fundamental para renovar os compromissos e a interdependência global da responsabilidade universal.

- De que maneira a Carta da Terra promove a Cultura da tolerância, da não violência e da paz nos fazendo cumprir a promessa de segui-la e adotá-la?

- a) Encorajando e afirmando a compreensão recíproca, a solidariedade e a cooperação entre todos os povos no interior das nações e entre elas;
- b) Concretizando estratégias compreensivas para prevenir conflitos violentos e resolvendo conflitos ambientais e outras disputas por meio da colaboração;
- c) Desmilitarizando os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica;
- d) Eliminando as armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa;
- e) Assegurando que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz;

f) Reconhecendo que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte (FERRERO, 2004, p. 52).

A Carta da Terra, na realidade, é um tratado entre nações e povos que propõe um diálogo e troca entre pessoas com bases sociais, culturais, educacionais, econômicas e étnicas para superar as diferenças estabelecendo princípios comuns para a humanidade.

Pela primeira vez na história humana, os *direitos ambientais* são percebidos como um aspecto diferente dos *direitos humanos*, apenas reconhecidos pelos valores intrínsecos e pela relação com os demais seres humanos e organismos.

Dessa maneira, construiu-se uma interdependência de todos os princípios fundamentais com base em uma perspectiva de melhor qualidade de vida, justa e sustentável onde o humano e todos os demais organismos vivam em relação simbiótica³⁴.

A conclusão encoraja uma transformação pessoal que possa traduzir e se refletir positivamente nos vários aspectos da Sociedade, também, os temas sócio-econômicos são abordados. Todas as considerações feitas nas principais Conferências Ambientais e de Prevenção da Saúde foram consideradas na hora de se redigir e elaborar a Carta da Terra.

O conceito de cultura, nos dias atuais, está relacionado com o plano do simbólico, do imaginário ou das criações que propiciam à comunicação humana nas diversas formas de linguagens: do corpo, da fala, dos gestos, da escrita, etc. No

³⁴ A simbiose é um termo específico da Ecologia utilizado para explicar uma relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos agem ativamente em conjunto para proveito mútuo podendo acarretar especializações funcionais de cada espécie envolvida.

entanto, a cultura é principalmente prática, posto que se manifesta nos mais variados planos da atividade humana ou do concreto, do sensível e do imediato.

Bourdieu demonstrou como as culturas das classes dominadas são marcadas pela lógica da comunicação, já que, por estarem escrita há milênios na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais, impõem-se como universal natural e evidente (ZALUAR e LEAL, 1996).

No Brasil, o debate sobre as relações entre cultura popular e escola pública surge no período populista dos anos 50 e 60 a partir dos estudos de Paulo Freire e de outros movimentos de educação popular surgindo o que se denominou educação popular.

Uma Educação que valorizava, sobretudo, a cultura popular e que estaria, inicialmente, destinada ao povo, aos oprimidos. Referia-se, nesta perspectiva, à valorização desta cultura como meio de lutar contra a discriminação dos seus produtores e reforçar os grupos sociais. Os quais têm sua participação restrita na sociedade pela classe dominante, ou elite, cuja cultura seria, teoricamente, a erudita.

Contudo, a sociologia contemporânea vê a separação entre cultura popular e erudita mais como efeito dos projetos políticos dos intelectuais de alguns países do que como uma realidade vivida pelas classes sociais subalternas, pois o que foi denominado como "popular" era por vezes consequência do contato com a cultura letrada de épocas passadas (DAVIS, 1990).

A sociologia, ao longo dos anos, abordou questões referentes à educação que nos demonstram a necessidade de compreendermos cada vez mais a importância da escola na formação do indivíduo. Ela nos orientando de modo a evitarmos repetir na escola os aspectos negativos da sociedade como ocorreu com o aspecto cultural.

O séc. XX desperta na década de 70 para a problemática da crescente devastação ambiental devido a fatores poluentes atraindo a atenção das pessoas. A subjetividade das estruturas sociais impõe, sutilmente, os direitos humanos e o desenvolvimento econômico enquanto problemas mais emergentes desde pós-guerra em 1945.

A Conferência Internacional de Estocolmo sinaliza o surgimento de uma Sociedade em desenvolvimento cada vez mais influente permitindo a comunicação de maneira cada vez mais rápida através das Novas tecnologias e dos novos meios de comunicação.

A Ecologia³⁵ ocupou o lugar de destaque e a temática convergiu para o centro do debate internacional. As Organizações não governamentais assumiram um papel cada vez mais importante difundindo diversos 'tratados populares' para proteger o mundo, a natureza, os povos indígenas, os menos desfavorecidos, ao mesmo tempo, reclamando um modelo de desenvolvimento sustentável.

A ONU propôs uma Conferência sobre o Meio ambiente por causa desses eventos que alardeavam os tratados populares. Em 1972 aconteceu em Conferência Internacional em Estocolmo com a finalidade de inspirar e orientar todos os povos a conservar o ambiente humano.

Essa Conferência se direciona, unicamente, a poluição industrial do ar e da água. O resultado dessa conferência culminou com a *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano*. Considerando a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns, que sirvam de inspiração e

³⁵ A palavra Ecologia tem origem no grego "oikos", que significa casa, e "logos", estudo. Logo, por extensão seria o estudo da casa, ou de forma mais genérica, do lugar onde se vive. Foi o cientista alemão Ernst Haeckel, em 1869, quem primeiro usou este termo para designar o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem.

orientação para guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente, a Declaração proclama que:

1 - O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da Ciência e da Tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes o meio ambiente. Natural, ou criado pelo homem, é o meio ambiente essencial para o bem-estar e para gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida.

2 - A proteção e a melhoria do meio ambiente humano constituem desejo premente dos povos do globo e dever de todos os Governos, por constituírem o aspecto mais relevante que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro.

3 - O homem carece constantemente de somar experiências para prosseguir descobrindo, inventando, criando, progredindo. Em nossos dias sua capacidade de transformar o mundo que o cerca, se usada de modo adequado, pode dar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e o ensejo de aprimorar a qualidade da vida. Aplicada errada ou inconsideradamente, tal faculdade pode causar danos incalculáveis aos seres humanos e ao seu meio ambiente.

Aí estão, à nossa volta, os males crescentes produzidos pelo homem em diferentes regiões da Terra: perigosos índices de poluição na água, no ar, na terra e nos seres vivos; distúrbios grandes e indesejáveis no equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e exaustão de recursos insubstituíveis; e enormes deficiências,

prejudiciais à saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente criado pelo homem, especialmente no seu ambiente de vida e de trabalho

4 - Nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais são causados, na maioria, pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas continuam vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários a uma existência humana decente, sem alimentação e vestuário adequados, abrigo e educação, saúde e saneamento

Por conseguinte, tais países devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, cômicos de suas prioridades e tendo em mente a premência de proteger e melhorar o meio ambiente. Com idêntico objetivo, os países industrializados, onde os problemas ambientais estão geralmente ligados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento.

5 - O crescimento natural da população suscita a toda hora problemas na preservação do meio ambiente, mas políticas e medidas adequadas podem resolver tais problemas. De tudo o que há no mundo, a associação humana é o que existe de mais preciosa.

É ela que impulsiona o progresso social e cria a riqueza, desenvolve a Ciência e a Tecnologia e, através de seu trabalho árduo, continuamente transforma o meio ambiente. Com o progresso social e os avanços da produção, da Ciência e da Tecnologia, a capacidade do homem para melhorar o meio ambiente aumenta dia a dia.

6 - Atingiu-se um ponto da História em que devemos moldar nossas ações no mundo inteiro com a maior prudência, em atenção às suas conseqüências ambientais. Pela ignorância ou indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao ambiente terrestre de que dependem nossa vida e nosso bem-estar.

Com mais conhecimento e ponderação nas ações, poderemos conseguir para nós e para a posteridade uma vida melhor em ambiente mais adequado às necessidades e esperanças do homem. São amplas as perspectivas para a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida.

O que precisamos é de entusiasmo, acompanhado de calma mental, e de trabalho intenso, mas, ordenado. Para chegar à liberdade no mundo da Natureza, o homem deve usar seu conhecimento para, com ela colaborando, criar um mundo melhor.

Tornou-se imperativo para a humanidade defender e melhorar o meio ambiente, tanto para as gerações atuais como para as futuras, objetivo que se deve procurar atingir em harmonia com os fins estabelecidos e fundamentais da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo

7 - A consecução deste objetivo ambiental requererá a aceitação de responsabilidade por parte de cidadãos e comunidades, de empresas e instituições, em eqüitativa partilha de esforços comuns. Indivíduos e organizações, somando seus valores e seus atos, darão forma ao ambiente do mundo futuro.

Aos governos locais e nacionais caberá o ônus maior pelas políticas e ações ambientais da mais ampla envergadura dentro de suas respectivas jurisdições. Também a cooperação internacional se torna necessária para obter os recursos que ajudarão os países em desenvolvimento no desempenho de suas atribuições.

Um número crescente de problemas, devido a sua amplitude regional ou global ou ainda por afetarem campos internacionais comuns, exigirá ampla cooperação de nações e organizações internacionais visando ao interesse comum. A Conferência convida Governos e povos a se empenharem num esforço comum

para preservar e melhorar o meio ambiente, em benefício de todos os povos e das gerações futuras.

Na Conferência Rio-92 se verificou que a meta que se refere à consciência ambiental da Conferência de Estocolmo foi alcançada. A principal ação da ONU no desenvolvimento da Carta da Terra teve origem nessa Conferência que se realizou de 3 a 14 de junho de 1992. Os conceitos de desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental foram acrescentados.

O encontro serviu, principalmente, para reavivar a urgência de um documento sobre a Terra no qual se evidenciasse a disparidade entre os povos desenvolvidos do Norte e os países em desenvolvimento do Sul. Uma vez estabelecido, o Conselho da Terra, tinha como principal objetivo dar continuidade às atividades que o Fórum esboçara.

Para esse fim, reconheceu-se a importância de todos os povos para a redação de um documento, a Carta da Terra, vinculado à aprovação da ONU. Assim, entre janeiro e fevereiro de 2000, o comitê realizou um esboço que se completou enquanto versão final em 24 de março de 2000 na sede da UNESCO em Paris.

Hoje, em 2009, passados nove anos da elaboração da Carta da Terra, infelizmente, o que observamos da realidade educacional, social e cultural do nosso Brasil, é que este não favorece o desenvolvimento do verdadeiro potencial do nosso povo, pois este vive, ou melhor, sobrevive à mercê das vontades dos poderosos.

As escolas públicas que abrigam os alunos oriundos das camadas populares são vítimas de programas governamentais que não priorizam suas necessidades básicas e elementares e nem oferecem condições reais para melhorias e avanços na Educação brasileira.

Considerando-se que não há como progredir sob o domínio de um Estado cujas medidas se mostram contrárias aos interesses populares devido ao seu comprometimento com a classe dominante.

A educação tem também de enfrentar outros tipos de obstáculos que impedem o seu progresso tais como a necessidade de a criança trabalhar para complementar a renda familiar, a violência urbana que afasta os menos favorecidos da escola, entre outras situações emergentes que prejudicam um bom andamento escolar. Hoje, como no passado, nos defrontamos com uma educação muito aquém da ideal, e que carrega em seu bojo questões, que foram largamente estudadas pela sociologia como as condições de discriminação, seleção e exclusão e sucesso.

Em busca de mudanças nesta situação de calamidade vivida pela educação no Brasil, foi que educadores brasileiros realmente comprometidos com sua missão se aproximaram e se identificaram com as idéias de Gramsci. O pensamento Gramsciano é que se uma sociedade se encontra dividida, a escola também apresentará divisões, tornando-se uma escola - de - classe social (SCOCUGLIA, 1988).

Enfim, Gramsci propõe uma escola unitária, que tenha por base a não dicotomização entre os trabalhos manuais e os intelectuais, cumprindo sua função de inserir os jovens nas atividades da sociedade com criatividade e autonomia após alcançarem certo grau de maturidade.

2.3 – A Ecopedagogia Reconstruindo Saberes, Fatos e Falas em uma Comunidade na Amazônia

A Ecopedagogia³⁶ é um conceito criado por Francisco Gutiérrez seguindo os princípios da ‘Carta da Terra’³⁷ documento elaborado pela UNESCO equiparando o seu valor à ‘Declaração dos Direitos humanos’. Esse termo tem o intuito de enfatizar e dar conta da problemática ambiental e do universo imaginário da EA.

Constitui-se um movimento político-educacional que atua nas relações humanas, sociais e ambientais. Fundamenta-se na “cidadania planetária” promovendo as sociedades sustentáveis, bem como, a preservação da natureza e do Meio ambiente.

Sob esse aspecto, o Pedagogo, encontra-se em constante movimento político-educativo para modificar as relações humanas, sociais e ambientais. As suas contribuições ressaltam as angústias do imaginário da EA situando uma consciência ecológica que produza efeitos a partir de uma mudança cultural.

A Ecopedagogia é, pois, uma proposta que consagra a tensão entre teoria e prática através da Pedagogia da *práxis*³⁷. Ela ultrapassa a elaboração de projetos ambientais compreendendo as dimensões da vida, do desenvolvimento social e sustentável impregnando a sociedade de subjetividade sócio-ambiental.

Tem como pressuposto o equilíbrio harmônico dos elementos que se referem aos sujeitos, sociedade e natureza. A Ecopedagogia advoga um novo Paradigma

³⁶ A Ecopedagogia trabalha com a fundamentação teórica dessa “cidadania planetária” cuja idéia é dar sentido para a ação dos homens enquanto seres vivos que compartilham com as demais vidas a experiência do planeta Terra. Ou seja, constitui-se um verdadeiro movimento político e educativo cujo projeto é mudar as atuais relações humanas, sociais e ambientais.

³⁷ A Ecopedagogia trabalha com a fundamentação teórica dessa “cidadania planetária” cuja idéia é dar sentido para a ação dos homens enquanto seres vivos que compartilham com as demais vidas a experiência do planeta Terra. Ou seja, constitui-se um verdadeiro movimento político e educativo cujo projeto é mudar as atuais relações humanas, sociais e ambientais.

ecológico a partir do atual sustentado pela Sociedade Capitalista cuja racionalidade se resume no domínio humano da natureza.

Estabelece-se como crítica macro-estrutural e cultural a partir de uma proposta hermenêutica exaurindo uma mudança qualitativa nos modos de vida expressos e manifestos na relação *homem – mundo*. No campo educacional, visualizam-se as primeiras investigações sociológicas onde o real se constitui num contexto de conflitos.

A teoria se encontra no âmbito de qualquer prática inclusive a pedagógica num intuito inovador. Por isso, ao suscitar explicação e fundamentação da prática, a teoria sempre estará em processo de renovação, segundo um dos pedagogos que participaram do grupo focal.

A primeira fase de análise dos dados coletados se constituiu desse movimento político-educacional pessoal que atua nas relações humanas e ambientais que é a Ecopedagogia. Os princípios da Carta da Terra aprovados pela sociedade civil serviram de suporte no processo de pesquisa fundamentando a prática e a teoria.

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 225 que atende o PNUMA se lê:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (2001).

O inciso VI do Parágrafo primeiro da Constituição Federal de 1988 cita que o Poder Público está incumbido de assegurar a efetivação da lei promovendo a EA em todos os níveis de Ensino e a Conscientização pública para a preservação do Meio ambiente.

Verificamos que na LDB de nº 9.394/96 a EA não foi citada. No entanto, na Lei de institui a Política nacional de EA de nº 9795/99 no Capítulo I está destacada a conservação do meio ambiente da seguinte maneira:

Entende-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio ambiente, bem como de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O Artigo V no inciso III acrescenta o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental social representando um avanço correspondente às relações sociais e à idéia de que o sujeito interage com o ambiente a partir dessas relações.

O MEC em 1997 lançou os PCN's para atender a LDB de nº 9.394/96 trazendo uma nova proposta pedagógica sobre os currículos do Ensino Fundamental e à temática ambiental. Os PCN's enfocaram a questão ambiental como um tema transversal e interdisciplinar através de sínteses e, nunca, através de uma análise crítica.

Por isso, a realização do levantamento de dados nessa pesquisa sob a ótica ambientalista permitiu contribuições do desvelamento de uma realidade complexa. Os PCN's se tornaram alvo de intensas críticas por não terem sido elaborados com a participação da sociedade civil e nem das entidades representativas educacionais descaracterizando os aspectos democráticos e políticos.

O que temos visto, na realidade, nos anos iniciais da utilização dos PCN's na escola são adequações dos planos e programas curriculares dos professores aos conteúdos propostos sem que isso reflita mudança na prática em sala de aula (CASTRO, 2002, p. 167).

Interessante é que ao abordarmos esse aspecto em nossos encontros verificamos que os professores que se utilizam dos PCN's discordam da fala de Castro. Eles concordam que há mudanças a partir do que se lê e se estuda refletindo alterações significativas em sala de aula, sim.

No entanto, no nono volume dos PCN's o tema meio ambiente traz os elementos do meio ambiente, os fatores físicos e sociais, a questão da preservação, da proteção e da conservação, da recuperação, da degradação e da sustentabilidade.

Os conteúdos foram reunidos em três blocos: Os ciclos da natureza; Sociedade e Meio ambiente e Manejo e Conservação ambiental.

Eles fornecem orientações para que os professores trabalhem os projetos educativos que envolvam a escola e a comunidade e requerem a permanente formação do professor. Com isso, ao debatermos em grupo verificamos que o Meio ambiente é apresentado para se trabalhar de maneira interdisciplinar sem informações detalhadas mais significativas à prática pedagógica.

Em primeira análise verificamos a intervenção sócio-educativa em uma comunidade a partir das necessidades emergentes nessa localidade. Ao verificarmos a possibilidade de uma intervenção pedagógica que atendesse a perspectiva da EA recorreremos à legislação vigente e às diretrizes do Sistema Municipal de ensino.

Nos grupos focais realizados com a comunidade realizamos uma análise paralela e complementar em relação à perspectiva dos sujeitos sobre as questões ambientais. As contradições sociais nos modos de vida foram ressaltadas e as necessidades emergentes relacionadas à qualidade de vida e melhores condições de saúde foram destacadas na seguinte fala:

Antigamente podíamos tomar banho nos igarapés daqui, mas, hoje nós não podemos mais porque os igarapés estão cheios de lixo. A comunidade joga o lixo no igarapé porque não tem infra-estrutura e nem rede de esgoto adequadas. O próprio homem tem que pensar antes de jogar algo no igarapé, senão, ficará parecendo parte do lixo.

O grupo estava se referindo ao meio ambiente e as respostas variavam envolvendo os elementos, saúde e qualidade de vida. Interessante foi que eles citaram a questão do indivíduo como parte do meio ambiente. Novas inferências relacionadas à qualidade de vida surgiram evidenciando discordâncias e consensos sobre a temática.

Ao surgir a temática natureza verificamos nas falas que havia uma associação com o conceito de meio ambiente. Alguém afirmou, após muita insistência em ser ouvido:

Olha em volta da gente, o que você vê? Natureza. A natureza não é apenas essa paisagem aqui não. A natureza nos dá saúde, nos dá alimentos e paz de espírito. Quando eu morava longe das árvores eu vivia muito doente. Desde que eu vim morar aqui a minha saúde melhorou. Eu tenho a minha casinha, o meu jardim, as minhas plantinhas. Eu me sinto uma planta que está enraizando aqui e me sinto a própria natureza. Alguém um dia vai olhar para nós e vai dizer: - Eles precisam ser cuidados, também.

Verificamos a semelhança dos conceitos de natureza e meio ambiente. Eles se integraram à paisagem local, como parte do meio ambiente requerendo atenção e cuidados. Os demais foram unânimes em afirmar que eles também, em determinados momentos se sentiam dessa maneira.

Alguém redirecionou o grupo para a preservação e conservação ambiental acrescentando que na escola se aprendia mais sobre a questão ambiental porque ali haviam conteúdos específicos a serem trabalhados. No sentido das falas, lembramos do poder simbólico em Bourdieu. Uma vez que ele analisa o mundo social através de um processo de causalidade circular que articula níveis diferentes da realidade separados pela micro e macro sociologia.

Duas noções bem formuladas pelo autor, quando se refere às instâncias que sustentam o mundo social: campos sociais e *habitus*. A relação entre estas instâncias faz com que as estruturas se tornem corpo e igualmente que o corpo se faça estrutura.

Em relação ao papel da Ecopedagogia um professor afirmou:

A Ecopedagogia fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomadas de decisões em relação aos governos guiados pelos princípios da sustentabilidade ecológica e da diversidade cultural.

Isso implica educar para se formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais para se atuar no ambiente com uma perspectiva global diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que a definem. Dessa maneira, a questão ambiental oferece uma visão renovada do saber que traz implícito um novo sistema de valores.

Falas semelhantes foram coletadas destacando a ética ambiental e os atos pedagógicos na construção de novos conhecimentos através da participação social e na transmissão deste saber na formação de novas mentalidades, moralidades e habilidades. Tal aspecto fora observado quando um professor se posicionou com a relação ao papel dos sujeitos na EA.

Havendo a incorporação de uma racionalidade ambiental no processo de ensino e aprendizagem as formações ideológicas são incorporadas devendo ser questionadas. Ficou evidente que essa compreensão molda os sujeitos sociais para ajustá-los às estruturas sociais dominantes.

Entretanto, o ambientalismo surge como um processo de emancipação da cidadania e mudança social. Afirmou uma educadora:

A EA é uma agenda com critérios bem definidos que a humanidade deve seguir. Na escola se trabalha muito as questões do vamos cuidar, vamos preservar, vamos solidarizar os conhecimentos relativos aos cuidados básicos com o homem e o meio ambiente assumindo responsabilidades sócio-educacionais e na gestão de nossas condições de vida e saúde.

Da mesma maneira observamos nas demais falas que há uma reivindicação de participação popular na tomada de decisões e na autogestão de suas condições de vida e sobrevivência. A Pedagogia do ambiente traz consigo uma nova abordagem da EA dentro do contexto social e da realidade ecológica cultural de uma comunidade singular.

Por um lado isso implica na formação de novas consciências, saberes, práticas e responsabilidades que vão sendo moldados a partir de experiências concretas a partir do meio físico e social. A Pedagogia do ambiente implica ensinamentos que derivam de práticas concretas que se desenvolvem no meio sem levar o empirismo ao pragmatismo e, sim, valorizando a necessária relação entre a teoria e a prática a partir da práxis para se refundamentar a reconstrução de uma realidade social.

Verificou-se através dessa análise que há um desencadeamento nessa realidade social sobre a ação educativa exercida em relação à Medicina Natural nessa comunidade, também. A crítica que se fez, na maioria das vezes, desencadeou argumentos que dizem respeito ao aspecto conceitual implicando num campo multifacetado ideologicamente.

A Ecopedagogia ou Pedagogia do ambiente implica em se tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social como uma fonte de aprendizagem e maneira de se concretizar as teorias e as práticas a partir das especificidades do meio. Essa é uma visão ampliada que inscreve princípios de uma nova realidade dos sistemas complexos e integrados em matéria de valores ambientais.

Segundo Freire, para ser válida, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor dito: a quem queremos ajudar a se educar (1979, p. 19).

Nesse sentido, por mais que seja necessário elaborar um inventário crítico e analítico de todas as informações coletadas sobre o problema ambiental em questão temos de reconhecer o limite estabelecido em qualquer investigação. Nessa relação entre o estabelecido e o vir a ser se colocam as relações no campo das ciências sociais e especialmente quando se trata de articular a sociedade à questão ambiental.

Pouco tem sido ressaltada a conexão entre o campo institucional e a multiplicidade de associativismo em defesa do meio ambiente na área educacional. A dimensão educativa na relação entre as formas de organização popular e o meio ambiente cabe à Ecopedagogia e aos seus estreitos limites do sistema educacional vigente.

Nessa perspectiva, a pesquisa possibilitou captar os aspectos não revelados pelos discursos, também. O processo de participação popular acentuou determinados enfoques redefinindo patamares de alguns direitos sociais. A cidadania anima a participação desses sujeitos incidindo nos horizontes dos atores sociais.

Uma especialista em EA que participou do grupo focal afirmou:

A Pedagogia da complexidade ensina a pensar a realidade socioambiental como um processo de construção social a partir da integração de processos inter relacionados e inter dependentes e não como fatos isolados da realidade e consciência ambiental.

Nesse aspecto, a Educação para a formação de valores, atitudes e competências capazes de aprender e atuar dentro da concepção de mundo como sistemas socioambientais complexos. A Pedagogia ambiental reclama a aplicação de um enfoque holístico onde a interdisciplinaridade se converte em rigor e eficácia metodológica promovendo uma visão integradora do mundo.

Antes mesmo de aprendermos as primeiras letras a nossa leitura é uma leitura do ambiente. Fazemos uma leitura, segundo Meyer, carregada de percepções que vão adquirindo significados e cuja compreensão se vai aprendendo através das relações sociais. Primeiramente, no universo restrito da casa e da família e, posteriormente, em outras relações sociais que vamos ao longo da vida estabelecendo (1991, p. 42).

O processo educacional atinge o campo de paradigmas e das disciplinas científicas onde atuam profissionais nos níveis elementares, médios e universitário. Dessa maneira, a formação interdisciplinar ascende aos níveis educativos impulsionando as capacidades cognitivas e criativas dos alunos.

O desafio da interdisciplinaridade se atreve a cruzar as fronteiras do saber fertilizando o olhar ambiental lançando-o para a reconstrução do mundo. Isso implica num processo de refundamentação científica que abriria um programa inovador para as ciências da natureza.

Educar é um desafio para corajosos! Afirmou uma professora que preferiu não se identificar. Outros relatos acerca de sua experiência ao longo de seus 14 anos na área educacional na Rede Pública Municipal de Ensino nos levam a refletir sobre 'a educação e o processo de mudança' para Freire.

O ser humano, historicamente, é condicionado por ressonâncias conscientes e inconscientes de um determinado lugar e uma determinada época, com traços

culturais próprios. Esses traços singulares não escapam às injunções coletivas da existência.

O gosto extraordinário de Freire se destaca ao afirmar que é impossível discutir Educação sem discutir o próprio homem. Para essa abordagem é necessário fazer um estudo filosófico-antropológico e devemos começar primeiro por nós mesmos tratando de encontrar na nossa natureza algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustente o processo de Educação.

Para Freire, esse núcleo, só será captado a partir da nossa experiência existencial. Esse núcleo é o inacabamento ou a inconclusão do próprio homem (1997, p.14). Por mais originais que sejamos, por exemplo, nas idas e vindas das revisões bibliográficas são inevitáveis as influências recebidas e dadas.

Da mesma maneira, com pessoas, com grupos, com povos nas circunstâncias isso ocorre nas mais variadas. Previamente, justificamos quaisquer influências perceptíveis pelo leitor desta pesquisa.

Nos cadernos de Educação ambiental elaborados pela Secretaria do Meio ambiente do Estado de São Paulo, lemos quando reunidos em grupo:

Nesse aspecto a Educação ambiental é fundamentalmente uma educação para a resolução de problemas, a partir das bases filosóficas do holismo, da sustentabilidade e do aprimoramento.

A sua meta é a resolução de problemas de modo global, permanente, de forma a encontrar soluções melhores [...] Vale-se da abordagem científica estudando os sistemas ambientais de forma racional, decompondo-os em partes com precisão e profundidade e, vale-se também da abordagem humanista [...]

A Educação ambiental não substitui ou ultrapassa as disciplinas acadêmicas; precisa e aplica todas elas. [...] E, os profissionais envolvidos podem contribuir com idéias, combinando-as sob novas perspectivas e dando-lhes novas aplicações. Quem se engaja no processo acha-o intelectualmente excitante e diretamente útil na solução real de problemas urgentes. Descobre uma área nova, super abrangente que abarca a compreensão da complexidade, da beleza e da coerência do todo (1997, p. 17-18).

O problema de estudo desenvolveu uma nova percepção e abordagem teórica ao se encaixar em um projeto educativo da Escola pública municipal ilustrando o fato de que a vida humana depende de processos naturais complexos e interligados.

Uma terapia voltada para a mudança de hábitos alimentares saudáveis e melhor qualidade de vida partilhando vivências através da Medicina natural se tornou uma experiência ímpar. Associamos a experiência da área educacional à valorização dos hábitos naturais para se ter uma vida saudável.

O envolvimento direto e indireto que apresentamos como matriz do problema resultou num trabalho com intervenções e ações concretas na vida de muitas pessoas que recorrem à Medicina natural na Amazônia. A maioria das pessoas que recorrem à Medicina Natural o faz por que despertaram para a necessidade de se viver harmonicamente com a natureza à sua volta.

As vantagens de se viver harmonicamente com a natureza à nossa volta e o resultado das ações humanas sobre a sua vida e a vida dos demais seres evidenciam a importância da problemática ambiental. A Educação ambiental desperta o homem para a importância que o meio assume na sua vida e na vida do outro (Carvalho, 2002, p. 28). Nesse sentido, a Educação ambiental passa a favorecer e oferecer subsídios para a pesquisa ao refletir as ações humanas e transformando-o em protagonista do contexto emergente.

As técnicas milenares utilizadas nessa instituição resultam de suas percepções a partir de experiências distintas e atreladas às maneiras como o ambiente e os recursos naturais podem auxiliar positivamente para que o indivíduo se recupere de mazelas e doenças fazendo parte de um novo grupo: Há os que

avançaram nos quadros graves de saúde rapidamente através da Medicina Natural para um quadro de saúde estável.

O Conhecimento sobre o mundo se combina com as habilidades construtivas da fisiologia individual e suas experiências e habilidades construtivas são, na realidade, operações cognitivas que se destacam na percepção (BEE, 1996). Sobre o assunto, Higushi explica que a percepção ambiental tem sido estudada a partir de aspectos distintos e quadros teóricos diferenciados (2002).

Vivemos em um ambiente que não é uma propriedade exterior com formas e substâncias, mas é o conjunto de matizes que compõem o conjunto. Assim, a relação dos seres humanos com o espaço é intrinsecamente social na medida em que os grupos sociais produzem e desenvolvem suas próprias relações sociais.

Fischer aborda que o ambiente humano possui três condições inseparáveis: o espaço pessoal, o social e o cultural. A moradia é o espaço da vida social e corresponde ao privado. A moradia, o ambiente e/ou habitat possuem características culturais e o *habitat* possui diversas características que o diferenciam de cultura para cultura.

Ainda assim, parecemos incapazes de dar a justa importância às reflexões que revelam a nossa íntima dependência de sobrevivência com o meio que o nosso Planeta nos oferece. São reflexões e abstrações que revelam o caráter autodestrutivo de atos de devastação e depredação dos recursos e fontes básicas para a perpetuação de nosso lar – O Planeta Terra e, conseqüentemente, de nossas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos vinte anos a questão ambiental tem se constituído de reflexões, críticas e debates por se tratar de um tema emergente que visa novas práticas, estilos de vida, novas concepções de ser humano e de natureza. Diferentes sistemas de valores nos são impostos, diariamente, através da educação, cultura, da sociedade, da história, entre outras.

No bojo de tal processo, a Educação Ambiental tem sido discutida e debatida como uma das alternativas e possibilidades teóricas para alguns problemas ambientais atuais. Esta pesquisa discutiu os impasses da temática *Educação Ambiental e Medicina Natural* em uma comunidade na Amazônia.

A pesquisa destacou os aspectos negativos em relação ao modelo de desenvolvimento da Sociedade Industrial que desentrelaça e rompe as estruturas educacionais, culturais, sociais, históricas. As velhas querelas e mazelas da sociedade que chamamos de pobreza, exclusão social, danos ambientais, pandemias são latentes.

Embora hajam políticas públicas implementadas com a finalidade de reverter a degradação e depredação ambiental a maioria da população ainda não experimentou uma melhor qualidade de vida³⁸.

Os sistemas educacionais, culturais e sociais implantados e impostos hierarquicamente pelos países da Cúpula desenvolvimentista consolidam as desigualdades sociais e os problemas ambientais e de saúde.

Nesse sentido, a Educação Ambiental³⁹, dá um salto qualitativo ao repensar a relação *homem – natureza – mundo*. Partindo desse princípio a pesquisa realizada surgiu para se contrapor ao modelo de desenvolvimento que fragmenta as educações, as culturas, as sociedades, em vez de aproximá-las e resignificá-las.

O decreto 88.351/83 que regulamenta a Lei 6.938/81 estabelece que compete ao Poder Público nas diferentes esferas de governo orientar a educação em todos os níveis para a participação efetiva do cidadão e da comunidade na esfera do meio ambiente.

Assim, trata de uma Educação que visa a participação de todos os cidadãos na discussão e decisões sobre a questão ambiental e qualidade de vida de todos os organismos vivos. O seu conteúdo deve ter sido originado do levantamento da problemática ambiental do cotidiano vivido pelos sujeitos possibilitando fazer as ligações entre a Ciência e as questões emergentes e mais gerais da localidade.

Dessa maneira, a Educação Ambiental se articula com a Medicina Natural para a reconstrução da cidadania nas dimensões que tornam possíveis uma

³⁸ Corresponde ao Método em que a OMS utiliza para medir as condições de vida de um ser humano envolvendo o seu bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais com os familiares, amigos. Inclui, também, a saúde, educação, economia, entre outras condições de vida.

³⁹ Nesse sentido, a EA não pode estar desvinculada da Educação para a cidadania, resgatando valores estéticos, éticos e democráticos. Deve ser entendida como Educação Política que “reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 1994).

reorientação e efetivo gerenciamento do plano ético das ações humanas para a preservação de todos os seres vivos.

A luta pela cidadania, historicamente, é antiga. As tentativas de resgate da cidadania, sim, são novas e se constituem um elo perdido entre os seres humanos e a natureza.

O trabalho realizado com os seres humanos independentemente do seu grau de instrução, cultura, etnia ou credo é uma tentativa de conscientização de resgate desse elo perdido. A maioria desses seres humanos sofre pela falta de emprego, de moradia digna, de escola, de saúde, de seus direitos e desconhecem o sentido da sua existência e de seu papel na sociedade.

Na Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou estabelecida a urgência em se educar os cidadãos para a resolução dos problemas ambientais. Coube ao PNUMA a oferta dos pressupostos legais para que se ocorresse essa educação.

Esse Programa se voltou para todos os organismos internacionais alertando-os da necessidade de tornar a EA uma prática corriqueira em todos eles. Em 1975, a Carta de Belgrado retrata o ensejo da EA enquanto elemento vital para o ataque à crise ambiental mundial.

A discussão verificou que a EA está impregnada da tarefa de contribuir para a formação de pessoas capazes de exercitar a sua cidadania e, também, criticar o desenvolvimento desse novo *ser* cidadão. Entretanto, apesar da inegável importância da EA na atual conjuntura de crise ambiental, em termos de Brasil, nos atentaremos à Amazônia – *A menina dos olhos da América do Norte*.

A Amazônia, sem dúvida alguma, é considerada um das mais ricas e exuberantes florestas por sua megadiversidade, em termos mundiais. Há

diversidades de espécies da fauna, flora e, em níveis endêmicos, espécies que apenas sobrevivem e são encontradas em locais determinados.

A maior diversidade biológica e a riqueza florestal do planeta atraem a atenção de países líderes em biotecnologia os quais manifestam interesses particulares sobre os aspectos relacionados às especificidades da Amazônia.

Ao mesmo tempo em que as discussões em torno das questões ambientais se tornaram o clichê dominante do século XX ocorreu um relativo deslocamento da *conservação e uso sustentável dos recursos naturais*, eixo da problemática ambiental, dividindo opiniões entre os ambientalistas nacionais e estrangeiros.

Desse ponto de vista, estamos sinalizando o que pode ser visto positivamente para alguns e, negativamente, para outros. O viés educacional, por exemplo, tem sido relacionado timidamente e pouco valorizado nas questões relativas às problemáticas locais em suas abordagens.

Os aspectos sócio-culturais e educacionais que interferem no cotidiano de uma comunidade na Amazônia foram relacionados às questões globais discutidas nas Conferências Internacionais de Educação Ambiental e de Promoção da Saúde. Consensualmente, do ponto de vista educacional houve progressos e avanços na maneira de se pensar as questões ambientais relacionadas às ações positivas dessa pesquisa.

Essa relação possibilitou uma análise inovadora e positiva para a comunidade científica, em níveis *micro* e *macro-estrutural* da Sociedade Contemporânea. Tornou-se o passo inicial para a contestação da não valorização dos conhecimentos de técnicas e princípios curativos completamente naturais de doenças e epidemias na Amazônia através de recursos naturais renováveis, principalmente.

A qualidade de vida não está associada a grandes ganhos econômicos ou investimentos reguladores da biodiversidade, da qual fazemos parte. A Comunidade existe e suas particularidades e problemáticas em relação às questões abordadas pela Educação Ambiental e Medicina Natural devem ser associadas na tentativa de valorizar e garantir a compensação justa dos conhecimentos tradicionais desprezados.

Nós não estamos acostumados a considerar que a pobreza se refere também à pessoa privada da sua cidadania e que vive em condições mínimas ou em estado de manipulação e opressão. A pessoa destituída de sua consciência ou que, também, é coibida de organizar seu pensamento, suas idéias em defesas de seus direitos sofre a estreita relação entre a pobreza material e a pobreza política.

Em países avançados, em aspectos econômicos, vê-se o contrário. Eles ultrapassam as barreiras da distância e adentram em nossas comunidades e usufruem dos processos curativos naturais e do conhecimento que deveria ser de utilidade social na resolução de problemas locais.

O contexto sócio-histórico oficial se encarregou de destacar numerosos exemplos de como entrelaçamos os conhecimentos e chegamos a essas considerações em relação ao contexto Amazônico.

A Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, também, conhecida como Rio-92 é o acontecimento que pode ser destacado como o marco teórico da aproximação da Sociedade Planetária com a biodiversidade.

É plausível que se mitifique muito do que se tem escrito sobre a temática por tantas vertentes e enfoques. Desde a sua origem, o homem, sempre procurou o

entendimento das questões da natureza. Nos primórdios, ele, interpretava a natureza de maneira sobrenatural.

Observamos, hoje, que a Ciência busca o resgate de técnicas tradicionais naturais do passado para assegurar-lhe o poder de dominar o conhecimento da natureza transformando esse conhecimento tradicional.

A história da Ciência nos permite comprovar que sempre houve uma vocação para se criar verdades que pareciam eternas. Não somos todos nativos subservientes, folclóricos, subordinados e presas fáceis de capturar por 'pseudo verdades'.

Cada povo tem seu Sistema de Organização Cultural, Social, Educacional, Econômico Político e de Saúde. As nossas particularidades não significam que Culturalmente, Socialmente, Educacionalmente, Economicamente e Politicamente sejamos inferiores e que somos incapazes de fazer essas reflexões no campo de estudo.

Em função das necessidades humanas e sociais ressaltamos como metas a serem alcançadas que a redução das drásticas desigualdades entre classes sociais e nações possa ser entendida como pressuposto para o processo de melhoria da qualidade de vida comunitária para todos. Assim, alcançá-la significa atender as necessidades internas dessa comunidade objetivando uma mudança no contexto a partir da inter-relação do homem com o meio.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não lugares: uma introdução a uma Antropologia da sobremodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

BEE, Helen. VERONESE, M. Adriana V. (trad.). *A criança em Desenvolvimento*. Porto Alegre, Artmed, 7ª Ed. 1996.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano - compaixão da terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BUSS, P. M. *Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência & Saúde Coletiva* 5(1). 2.000, p. 163-177.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 33ª. Ed. S. Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos: 203)

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRONOWSKI, J. *A responsabilidade do Cientista e outros escritos*. Lisboa: Ciência Nova, 1992, p. 208.

BRUYNE, P. *et all. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. 5ª. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antonio Flávio. *Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e formação docente. Educação em debate*, ano 21, v.2, no. 38, Fortaleza, CE, 1999, p. 12-23.

CANESQUI, A. M. *Notas sobre a produção de Antropologia e saúde na década de 80*. In: *Saúde e doença: Um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. *A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógico*. In: Loureiro, CARLOS FREDERICO (Org). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*, 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, V. *Educação ambiental e Desenvolvimento Comunitário: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: WAK, 2003.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. In: BORGUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita. WANDERLEY, Mariangela Belfore (Orgs). *Desigualdade e a questão social*. EDUC. S. Paulo, 1997, pg. 21-22.

CASTRO, Ronaldo S. de, SPAZZIANI, M^a de Lourdes; SANTOS, Erivaldo P. dos. *Universidade, Meio ambiente e Parâmetros Curriculares Nacionais*. In: LOUREIRO, Carlos Frederico (Org). *Sociedade e Meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 2ª Ed. S. Paulo: Cortez, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis (Org). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. S. Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DAVIDOFF, Linda. L. *Introdução à Psicologia*. S. Paulo: Makron Books, 3ª Ed., 2001.

DAVIS, N. Z. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DIAS, G. *Educação ambiental: Princípios e Práticas*. S. Paulo, 2a. Ed. Gaia, 1992.

ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAUCONNET, P. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

FERREIRA, J. *O corpo sígnio*. In: *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1994.

FERRERO, Elisabeth M e HOLLAND, Joe. *Carta da Terra: reflexão pela ação*. S. Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Guia da Escola cidadã)

FORQUIN, J.C.(org.) *Sociologia da educação*. Petrópolis : Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Educação e Mudança*. 12ª. Ed. S. Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*. CORTEZ & MORAES: São Paulo, 1979.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 22ª. Ed. S. Paulo: Paz e Terra, 1993.

FUHEN, Icaria. *Ecologia Política, n.4*. Madri-Barcelona, 1992.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da Educação: um estudo introdutório*. 9ª. Ed. In: *Educação e Ideologia*. S. Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Educação e sociedade*. V. I, n. 4. In: *Ação pedagógica e prática social transformadora*. S. Paulo, 1979.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de Pesquisa social*. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRUN, M. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas, S. Paulo: Papyrus, 1992.

HIGUSHI, Maria Inês G. *Psicologia Ambiental: Uma introdução às definições, histórico, campo de estudos e pesquisa*. (Mimeo). Manaus, CEULM/ULBRA, 2002.

LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso Press, 1990, p. 162.

LANGDON, J. E. *A doença como experiência: A construção da doença e seu desafio para a prática médica*. In: *A morte do corpo dos xamãs nas narrativas Siona*. São Paulo: Antropologia em Primeira mão, 1995.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 2ª. Ed. S. Paulo: Cortez, 2002.

LÊNIN, W. *Cahiers philosophiques*. Paris: Sociales, 1965.

MAGNANI, J. G.C. *Revista de Ciências Sociais*. V. 23, n. 2. In: *Ideologia, Lazer e Cultura Popular: Um estudo do circo-teatro nos bairros da periferia de S. Paulo*. Rio de Janeiro, 1980.

MEDINA, N. *et all. Elementos para a introdução da dimensão Ambiental na Educação escolar*. 1º. Grau. In: OLIVEIRA, E.M. & FONSECA, E. L. P. (Coords) – *Amazônia uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental*. Documentos metodológicos. Brasília, IBAMA, 128, 1994.

MEYER, Mônica Ângela de A. *Educação ambiental: uma proposta pedagógica*. In: ENFOQUE, em aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan/mar, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23ª Ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 1994.

MORIN, E. *O Método: 4 – As idéias*. Porto Alegre. RS: Sulina, 1998, p. 23-78.

NASCIUTTI, J. *A questão do Poder ideológico nas Instituições*. Rio de Janeiro, série documentada no. 6, ano III, EICOS/UFRJ, 1995.

NEMES, Wilson e NEMES, Lilia. *Medicina Natural: naturologia holística aplicada ao tratamento terapêutico profissional*. Módulo IV, Mandirituba, PR, 1997.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. *Scientiae zudia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 97-116, 2008

PELLIZZOLI, M. L. *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2002.

REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social: questões da nossa época*. 6ª. Ed.: S. Paulo: Cortez, 2004.

_____. *O que é Educação ambiental*. S. Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 292)

ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*. 15ª. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?*S. Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos.

SARABIA, Raul Hernan Ortiz. *Educação Ambiental nas escolas rurais do município de Manaus*. In: MIRANDA, Alair dos Anjos Silva et al. *Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus*. Manaus: EDUA, 2004, p. 65 a 118.

SCOCUGLIA, A.C. *Educação política em Paulo Freire*. Dissertação de mestrado, 1988.

SILVA, Jorge Gregório. *Educação Ambiental: leis de texto fora do contexto*. In: MIRANDA, Alair dos Anjos Silva et al. *Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus*. Manaus: EDUA, 2004, p. 9-64.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. EDUA - Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente na Idade Mídia*. In: SIRKIS, Alfredo et al. TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. 4ª. Ed. Campinas: SP: Armazém do Ipê (Autores associados), 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. S. Paulo: Atlas, 1987.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

UNESCO. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano*. 1972.

_____. *La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi*. Paris: UNESCO, 1980.

UNESCO/UNEP. *Interdisciplinary Approaches in Environmental Education*. Environmental Education Series, n. 14, Paris, 1985.

VIEIRA, V. A. *Narrativas sobre hipertensão arterial e diabetes melittus e os sentidos nelas produzidos por pessoas atendidas em grupos de aconselhamento*. Tese de Doutorado apresentada a Escola de Saúde Pública do Rio de Janeiro, 2004.

ZALUAR, A e LEAL, M.C. *Cultura, educação popular e escola pública*. Rio de Janeiro, 1996.

OBRAS CONSULTADAS

ASHTON, J. *Ciudades Sanas*. Barcelona: Editora Masson, 1993.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Promoção da Saúde: cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá*. Brasília: MS/IEC, 1996.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUSS, P. M. *Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência e saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

DALLARI, S. *A Saúde do Brasileiro*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3ª. Ed. S. Paulo: Atlas, 1985.

DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. NETO, Otávio Cruz, GOMES, Romeu, MINAYO, Cecília Maria de S. (organizadora). Petrópolis, RJ: VOZES, 1994.

DURREL, G. *O naturalista amador: um guia prático da natureza*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CANDAU, Vera Maria e equipe. *Multiculturalismo e educação: a construção de uma perspectiva*. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 25ª edição, 2007.

HARBEMAS, Jürgen. *Teoria de acción comunicativa I –Racionalidad de la acción y racionalización social*. Versión catellana de Manuel Jiménez Redondo, Altea, Taurus, Alfaguara, S.A, Madrid 1987.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

KLAFKI, W. *Educação ambiental: considerações básicas sobre um programa de educação ambiental*. *Ambiente & Educação*. Rio Grande do Sul: FURG, 1996, v. 1.

KAUFMANN, F. *Metodologia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KLOETZEL, Kurt. *O que é meio ambiente*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção primeiros passos; 281)

LEIS, Héctor Ricardo. *Ambientalismo: Um projeto realista-utópico para a política mundial*. In: Eduardo J. Viola (Org). *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MOREIRA, Antônio Flávio. *Multiculturalismo, currículo e formação de professores*. In: Anais do IX ENDIPE. Águas de Lindóia/SP, 1998.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

MUÑOZ, M.C.G. *Principales tendencias y modelos de la Educación Ambiental en el sistema escolar*. Revista eletrónica OEI, n. 11, 1999.

NICOLESCU, B. *O manifesto da transdisciplinaridade*. S.Paulo: Triom, 1999.

PARÂMETROS CURRICULARES TRANSVERSAIS – Temas transversais. Brasília: MEC, 1998.

NORONHA, Marconde C. de. *Geoespaço: o espaço geográfico do Amazonas*. Cecil Concorde, 2003.

RAMOS, Elisabeth Christmann. *Educação ambiental: origem e perspectivas*. In: EDUCAR EM REVISTA. Curitiba, PR: Ed. Da UFPR, nº 1, jan. 2002

SANTOS, Francisco Jorge dos. *História Geral da Amazônia*. Rio de Janeiro: MEMVAVMEN, 2007.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. S. Paulo: Nobel, 1996.

SOMBRA, Raimundo N. *Fundamentos de História e Geografia do Amazonas*. 1a. Ed. Manaus: Prisma, 1996.

UNESCO/PNUMA. *La Educación ambiental. Las grandes orientaciones de La Conferência de Tbilisi*. Paris: UNESCO, 1980.

YUS RAMOS, R. *Hacia una Educación global desde la transversalidad*. Madrid: Anaya, 1997.